



Ministério da Administração Interna
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Comando Distrital de Polícia de Aveiro



O uso da Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental na Resolução de Problemas

No original: "Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem-Solving"

De

Diane Zahm

COPS

COMMUNITY ORIENTED POLICING SERVICES
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE

www.cops.usdoj.gov

cpaveiro@psp.pt

www.psp.pt

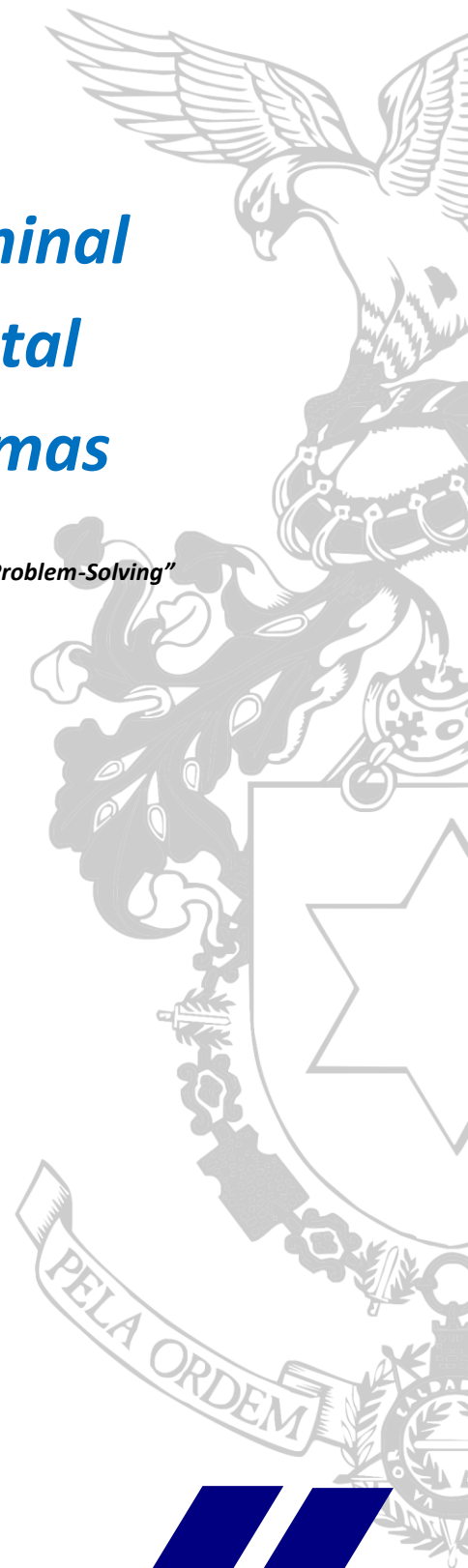
Tradução: Chefe Evaristo Ferreira

jieferreira@psp.pt

chefevaristo@gmail.com

CDPAVR/SPPP

Junho – 2012



Center for Problem-Oriented Policing

Tem um problema? Nós temos a resposta!



www.PopCenter.org

Ligue-se ao website do “Center for Problem-Oriented Policing” em www.popcenter.org para aceder a um conjunto de informações de grande valor que o ajudarão a lidar com mais eficácia com o crime e a desordem na sua comunidade, incluindo:

- Versões melhoradas de todos os Guias normalmente disponíveis
- Exercícios Interativos de treino
- Acesso on-line a estudos e a práticas policiais
- Um módulo online para análise de problemas.

Concebidos para a polícia e para aqueles que com ela trabalham na resolução dos problemas comunitários, o www.popcenter.org é um excelente recurso para o policiamento orientado para a resolução dos problemas.

O uso da Prevenção Criminal pela Conceção Ambiental na Resolução de Problemas

Diane Zahm

Este projeto foi apoiado, através do acordo de cooperação n.º 2004CKWXK002, pelo Office of Community Oriented Policing Services, do U.S. Department of Justice. As opiniões expressas neste guia são as da autora e não necessariamente representam a posição oficial do U.S. Department of Justice. As referências a companhias específicas, produtos, ou serviços não devem ser consideradas como de apoio a esses mesmos produtos pela autora ou pelo U.S. Department of Justice. Em vez disso, as referências são meras ilustrações para complementar a discussão dos assuntos.

www.cops.usdoj.gov

ISBN: 1-932582-81-9

Agosto de 2007

Nem a autora nem o U.S. Department of Justice se responsabilizam pela exactidão desta tradução.

Acerca da série de instrumentos para a resolução de problemas

A série de guias sobre instrumentos para a resolução de problemas é uma de três séries de Guias Policiais sobre Policiamento Orientado para a Resolução dos Problemas. As outras duas são os guias sobre problemas específicos e os guias de respostas.

Os Guias Policiais sobre Policiamento Orientado para a Resolução dos Problemas resumizam os conhecimentos existentes acerca da forma como a polícia poderá reduzir os malefícios causados por crimes específicos e pelos problemas decorrentes da desordem. São guias para prevenir problemas e para melhorar as respostas genéricas aos incidentes, não para investigar ofensas ou para lidar com incidentes específicos. Os guias foram escritos para os policiais - de qualquer posto ou missão - que tenham que lidar com os problemas específicos cobertos pelos guias. Os guias serão da maior utilidade para os agentes:

- Que compreendem os princípios e os métodos básicos do policiamento orientado para a resolução dos problemas,*
- Que conseguem olhar para os problemas em profundidade,*
- Que têm vontade em considerar novas formas de executar o trabalho policial,*
- Que compreendem o valor e os limites dos conhecimentos pesquisados, e*
- Que têm vontade em trabalhar com outros organismos comunitários para encontrar soluções eficazes para os problemas.*

Os guias instrumentos resumizam os conhecimentos existentes acerca da recolha de Informações e das técnicas de análise que poderão ajudar a polícia em qualquer um dos quatro estádios de um projeto orientado para a resolução dos problemas: Identificação, Análise, Resposta e Avaliação. Cada guia:

- Descreve o tipo de informação produzida por cada técnica,*
- Discute a forma como esta informação pode ser útil na resolução dos problemas,*
- Fornece exemplos do uso prévio da técnica,*
- Fornece orientações práticas acerca da adaptação da técnica aos problemas específicos a serem tratados,*
- Fornece modelos instrumentais para a recolha de dados (onde isto se aplicar),*
- Sugere maneiras para se analisar os dados recolhidos através da técnica,*
- Demonstra como se interpretar corretamente a informação e como a apresentar com eficácia,*
- Adverte acerca dos possíveis problemas éticos que surjam pelo uso da técnica,*
- Aborda as limitações da técnica quando usada pela polícia num projeto orientado para a resolução de problemas,*
- Fornece referências a fontes de Informações mais detalhadas acerca da técnica, e*
- Indica quando, ao usar-se a técnica, se deve procurar a ajuda de um perito.*

Cada uma das técnicas abordadas nos guias instrumentos é coberta por extensa literatura técnica e científica. Os guias instrumentos pretendem fornecer a informação necessária acerca

de cada técnica de forma a habilitar a polícia, e outros, a usá-la no decurso da resolução de problemas. Na maioria dos casos, a informação recolhida no decurso de um projeto de resolução de problemas não necessita de suportar um escrutínio científico rigoroso. Onde for necessária uma maior confiança nos dados, a polícia poderá necessitar da ajuda de um perito no uso das técnicas. Isto poderá ser encontrado, com frequência, nos departamentos universitários de sociologia, psicologia e de justiça criminal.

A informação necessária para qualquer projeto individual poderá ser bastante diversa e, com frequência, será necessário o emprego de uma diversidade de técnicas de recolha de dados para ir ao encontro dessas necessidades. De forma similar, uma diversidade de diferentes técnicas analíticas poderão ser necessárias para se analisar os dados. Algumas das técnicas poderão não ser familiares à polícia e aos analistas criminais, mas o esforço investido na aprendizagem do seu emprego fará toda a diferença para o sucesso de um projeto.

Agradecimentos

Os Guias Policiais Orientados para a Resolução dos Problemas foram produzidos pelo Center for Problem-Oriented Policing, cujos responsáveis são Michael S. Scott (Diretor), Ronald V. Clarke e Graeme R. Newman (Diretores Associados). Embora cada um dos guias tenha um autor original, outros membros da equipa do projeto, pertencentes aos quadros do COPS Office e revisores anónimos, contribuíram para cada guia propondo textos, recomendando estudos e oferecendo sugestões quanto ao formato e ao estilo.

A equipa principal do projeto que desenvolveu as series de guias foi composta por Herman Goldstein, professor emérito da University of Wisconsin Law School; Ronald V. Clarke, professor de justiça criminal da Rutgers University; John E. Eck, professor de justiça criminal da University of Cincinnati; Michael S. Scott, professor assistente clínico da University of Wisconsin Law School; Rana Sampson, consultora policial de San Diego; e por Deborah Lamm Weisel, diretora de pesquisas policiais da North Carolina State University.

Os membros dos departamentos de polícia de San Diego, de National City e de Savannah forneceram feedback a respeito do formato e do estilo dos guias nos estádios iniciais do projeto.

Cynthia Pappas supervisionou o projeto para o COPS Office. As pesquisas para os guias foram realizadas na Criminal Justice Library da Rutgers University sob direção de Phyllis Schultze. Katharine Willis editou este guia.

Conteúdo

<i>Acerca da série de instrumentos para a resolução de problemas</i>	5
<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Introdução</i>	9
<i>O que é a prevenção criminal pela concepção ambiental?</i>	11
<i>Respondendo ao crime e a outros problemas usando a PCPCA:</i> <i>O processo de resolução de problemas</i>	15
<i>Definir e compreender o problema</i>	17
<i>Criar um plano para melhorar as condições ambientais</i>	25
<i>Envolver as partes interessadas na resolução do problema</i>	27
<i>Manter o progresso sob escrutínio</i>	29
<i>A PCPCA e o processo de resolução de problemas:</i> <i>Reexaminando os três casos introdutórios</i>	33
<i>Anexo A:</i> <i>Usar a PCPCA na resolução de problemas num edifício ou instalações</i>	38
<i>Anexo B:</i> <i>Usar a PCPCA na resolução de problemas em residências multifamiliares</i>	40
<i>Anexo C:</i> <i>Usar a PCPCA na resolução de problemas numa vizinhança</i>	42
<i>Referências</i>	44
<i>Acerca da autora</i>	45
<i>Leituras recomendadas</i>	46
<i>Outros guias policiais orientados para a resolução de problemas</i>	48

Introdução

A *Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental - PCPCA (CPTED no original)* é uma abordagem à resolução de problemas que, à partida, faz a seguinte questão: O que é que, acerca deste local, põe em risco as pessoas, ou que resulta em oportunidades para a ocorrência de crimes? Por outras palavras: **Porquê aqui?** Três casos exemplificativos ilustram este ponto:

Caso N.º 1

Os auxiliares de ação educativa costumam encontrar sinais de consumo de tabaco, de bebidas alcoólicas e de vandalismo nas casas de banho de uma escola secundária.

Porquê aqui? As casas de banho encontram-se numa área isolada do edifício, adjacente a um quiosque concessionado que só está ativo durante eventos desportivos. A norma existente para a hora do almoço da escola permite que os estudantes comam onde quiserem, no interior do campus, enquanto os monitores são encarregados de supervisionarem somente a cafetaria.

Resposta de PCPCA: Foi instalada uma fechadura na porta das casas de banho, a qual se mantém fechada excepto durante os eventos desportivos. A norma que dava liberdade aos alunos para poderem comer onde quisessem foi revista: aos estudantes continua a ser-lhes permitido sair da cafetaria para comer, mas devem fazê-lo em áreas designadas para o efeito, e um membro da faculdade é encarregado de patrulhar aquelas áreas durante os períodos do almoço.

Caso N.º 2

A parede das traseiras do edifício de um prédio de escritórios é, repetidamente, pintada com graffiti.

Porquê aqui? Os grafiteiros escolheram uma área que fica fora do alcance da vista de quem por ali passa: O local situa-se nas traseiras de uma esquina formada pela junção de dois edifícios e ao fundo de um corredor de serviço pouco movimentado. A visibilidade ainda é mais reduzida devido a sebes existentes no perímetro do local. O funcionamento dos negócios, no prédio de escritórios, decorre entre as 09H00 e as 17H00, nos dias úteis; contudo, o prédio alvo dos graffiti situa-se junto a um ringue de skate onde os picos de atividade ocorrem durante a noite e aos fins-de-semana.

Resposta de PCPCA: As sebes foram aparadas e foram instalados dispositivos de iluminação nas paredes ao longo do corredor de serviço, com luzes acionadas por sensores de movimento na área problemática. O responsável pelo ringue de skate concordou em alterar as regras de utilização impondo uma norma de “não readmissão” de forma a manter os skaters no interior das suas instalações e longe do edifício de escritórios.

Caso N.º 3

Os clientes de um caixa multibanco numa dependência bancária têm sido roubados após o anoitecer.

Porquê aqui? O banco está situado ao longo de uma faixa comercial de uma zona com propriedades vagas e negócios abandonados. O caixa multibanco situa-se na frente da esquina do edifício do banco e a zona de circulação, para o atendimento, está na lateral do edifício a seguir à esquina onde a referida máquina foi colocada. Os ladrões escondem-se na área de circulação para o atendimento, local sem iluminação, e atacam os clientes desprevenidos do multibanco após estes completarem a sua transação.

Resposta de PCPCA: O banco instalou uma cerca na esquina do edifício, criando uma barreira entre o caixa multibanco e a área de circulação para o atendimento.

Em cada um destes exemplos, a pergunta “**porquê aqui?**” revelou que as oportunidades para o crime e para outros problemas surgem de uma diversidade de condições ambientais relacionadas com o edifício, o local e a localização e a forma como o local é usado. Resolver um problema, por isso, obriga a uma compreensão detalhada, tanto do crime em si como do local onde ocorreu, e a resposta deve ter em consideração cada um dos três objetivos da prevenção criminal pela conceção ambiental: o controlo de acessos, o fornecimento de oportunidades para ver e ser visto, ou a definição de a quem pertence, e o estímulo à manutenção do território.

Este guia é um recurso para se compreender e utilizar a prevenção criminal pela conceção ambiental como instrumento de resolução de problemas. O guia explica os princípios básicos da PCPCA e sublinha o processo para se identificar os problemas, para avaliar o ambiente físico e para identificar as estratégias que resultem na remoção, ou na redução, das oportunidades para a ocorrência de crimes.

O que é a prevenção criminal pela conceção ambiental?

A prevenção criminal pela conceção ambiental é uma abordagem à resolução de problemas que tem em consideração as condições ambientais e as oportunidades que elas oferecem para a ocorrência de crimes, ou outros comportamentos não pretendidos, ou indesejáveis. A PCPCA tenta reduzir, ou eliminar, aquelas oportunidades através do uso dos elementos existentes no ambiente para: (1) controlar os acessos; (2) fornecer oportunidades para ver e para ser visto; e (3) para definir a quem pertence e para estimular a manutenção do território. §

§ Para uma mais detalhada introdução à PCPCA, consultar Crowe (2000), Crowe e Zahm (1994), e o National Crime Prevention Council (1997).

§§ O livro de Herman Goldstein, *Problem-Oriented Policing* (1990) oferece um maior detalhe sobre este e outros aspetos do POP.

A PCPCA é um pouco fora do normal, quando comparada com outras medidas de prevenção criminal ou de segurança, porque ela se foca, especificamente, nos aspetos da conceção dos espaços físicos, enquanto outras medidas tendem a virar-se para um direto endurecimento dos alvos, por exemplo: a negar o acesso a um alvo através do uso de fechaduras ou de trancas, ou usando sensores e câmaras de vigilância para detetar e identificar os ofensores com o apoio de segurança privada. A PCPCA, também, é fora do normal quando comparada com algumas atividades policiais. Isto é assim porque a PCPCA encoraja a prevenção e porque tem em consideração a conceção dos espaços e dos locais, enquanto o policiamento, tradicionalmente, tem valorizado as respostas eficazes e eficientes aos incidentes, bem como a identificação e a detenção dos ofensores.

A PCPCA poderá ser, distintamente, diferente do policiamento tradicional, contudo é muito consistente com o policiamento orientado para a resolução de problemas, de quatro formas: §§

1. Ela tem em consideração um leque bastante alargado de problemas, não só criminais.
2. Ela obriga a uma análise sistemática das ocorrências criminais e das condições e fatores que contribuem para criar oportunidades para a ocorrência de crimes.
3. Ela resulta de um conjunto de programas, ou estratégias que são proactivas e concebidas para o problema e o local.
4. Ela envolve um leque de cidadãos, organismos governamentais e instituições locais, cada um dos quais tem um papel a desempenhar na definição do problema e na decisão sobre a solução mais adequada, bem como alguma responsabilidade quanto aos melhoramentos a longo prazo.

A prevenção criminal pela conceção ambiental é um conceito relativamente novo, mas o uso da conceção dos espaços com vista à segurança não o é. As cavernas e as habitações construídas no cimo de ravinhas, os castelos e os seus fossos são disso bons exemplos históricos. A necessidade de iluminação pública surgiu da necessidade de se distinguir os caminhantes legítimos dos fora-da-lei e dos ladrões.

As abordagens contemporâneas, incluindo a PCPCA, surgiram como resultado de estudos relativos ao relacionamento existente entre a criminalidade e os locais onde esta ocorre, as diversas teorias existentes são conhecidas como criminologia ambiental, prevenção situacional,

teoria da escolha racional, ou teoria das atividades rotineiras, entre outras. § Cada abordagem teórica foca-se na ocorrência criminal e na forma como um ofensor entende, e usa, o ambiente para cometer um crime. Tal como na PCPCA, este estudo questiona: **Porquê aqui?** Este estudo revela:

§ Ver também Newman (1972), Jeffery (1971, 1977), Brantingham & Brantingham (1981, 1984), Clarke (1980, 1992), Cohen & Felson (1979), e Cornish & Clarke (1986).

- Que o crime é algo de específico e situacional
- Que a distribuição dos crimes está relacionada com o uso que é dado aos terrenos e com as redes de transportes
- Que os ofensores são oportunistas e que cometem os crimes em locais que eles conhecem bem
- Que as oportunidades para o crime surgem das rotinas e das atividades diárias
- Que os locais que são alvo dos crimes são, também e com frequência, locais sem a presença de observadores e de guardiões.

A prevenção criminal pela conceção ambiental examina os problemas criminais e as formas pelas quais diversas características ambientais sustentam as oportunidades para os comportamentos não pretendidos ou indesejáveis. A PCPCA tenta remover ou reduzir essas oportunidades através da mudança de diversos aspetos relativos aos edifícios, aos locais, à sua localização e à forma como os locais são usados.

Ronald Clarke



Esta é, exatamente, a forma como NÃO de deve usar a PCPCA! 1. Isto é terrivelmente feio; 2. As paredes à volta da retrete ambulante tornam impossível visualizar-se os comportamentos indesejáveis ou não pretendidos.

Aquelas mudanças são viradas diretamente a três objetivos básicos, cada um dos quais é descrito sumariamente abaixo, incluindo exemplos de estratégias de PCPCA:

1. **Controlar os acessos pela criação de barreiras, tanto reais como percebidas, à entrada e à movimentação.** O ambiente deve oferecer pistas acerca de a quem pertence o local, quando é provável que determinadas pessoas ali estejam, onde lhes é permitido estar durante a sua permanência, o que é expectável que façam enquanto ali estão, e durante quanto tempo ali devem permanecer. Os utilizadores/guardiões, também, poderão servir para controlar os acessos se eles prestarem atenção às

peças e às suas atividades e se denunciarem os comportamentos indesejáveis às autoridades competentes.

Exemplos:

- Cercas, filas de árvores, sebes, ou bermas definem as fronteiras de um local
- As ruas, passeios, caminhos e jardins guiam as movimentações num local
- Portões e portas delimitam os pontos de entrada a um local ou edifício
- A sinalética direciona o movimento, fornece informação, define as atividades e os horários mais adequados e identifica utilizadores específicos (por exemplo “Só é permitida a entrada a funcionários”)
- Um uso consistente de cores e materiais – em edifícios, pavimentos, equipamentos de iluminação e elementos paisagísticos – criam uma conceção identitária do local que poderá ser apoiada por sistemas de encerramento que poderão ser melhorados com sistemas de alarmes ou funcionários de segurança, dependendo das situações.

2. Obter vantagens da conceção dos espaços de forma a se criar oportunidades para ver e ser visto. Isto inclui a criação de oportunidades para vigiar a partir de propriedades adjacentes, ou do perímetro do local e, possivelmente, para observar os edifícios e os parques de estacionamento; oportunidades para observar a partir de uma zona para outra do local; e oportunidades para vigiar os estacionamentos, os caminhos de acesso e outras áreas do sítio a partir de diversos locais no interior do edifício. Estes elementos concetuais necessitam de ter o apoio de potenciais observadores (eles, na realidade, precisam procurar ver e, de seguida, devem denunciar os comportamentos anormais) e de normas e procedimentos de atuação, por exemplo, relacionados com a manutenção da paisagem.

Exemplos:

- A iluminação melhora a capacidade de observar atividades e de identificar indivíduos
- As janelas permitem observar do interior para o exterior e do exterior para o interior
- A localização e a orientação de um edifício podem permitir, ou impedir, as vistas
- A seleção adequada de árvores, arbustos e outras espécies de plantas, combinadas com uma manutenção regular, podem minimizar o conflito entre a iluminação necessária e a paisagem e garantir a visualização sobre o interior, o exterior, e ao redor do local de forma a preservá-lo ao longo do tempo
- A disposição do mobiliário, a utilização das janelas e de outros elementos do projeto de interiores pode ajudar à vigilância e estimular à salvaguarda
- A conceção dos interiores poderá ser apoiada por segurança física, videovigilância, ou por guardas quando as circunstâncias os exigirem.

Randy Atlas



Este caixa multibanco está bem colocado, tem boas características de PCPCA e dispõe de uma visão desobstruída, tanto para quem se encontra na via pública como para o patrulhamento policial.

3. O uso da conceção dos espaços para definir a quem pertencem e para estimular a manutenção da territorialidade. Como foi referido anteriormente, a conceção dos espaços deve fornecer pistas acerca de a quem pertence um local e sobre o que ali é permitido fazer. O apoio administrativo, sob a forma de regras e regulamentos acerca da utilização e da manutenção, é de primordial importância para o sucesso das diferentes aplicações concebidas.

Exemplos:

As cercas, arbustos, linhas de árvores, ou vasos de plantas servem para separar os espaços, para criar desníveis no pavimento, ou diferentes materiais, usados nos chãos, definem as transições entre os espaços públicos e os privados, nos jardins, as obras de arte e o mobiliário individualizam os espaços e demonstram que alguém se preocupa e presta atenção, os sinais que definem a propriedade e os limites sobre a utilização dos edifícios, dos recintos, jardins, passeios e outras edificações são mantidos em boas condições de utilização e limpos, o que os tornam demonstrativos de que existe uma vigilância atenta, as características concebidas para o local podem ser reforçadas por meio de fechaduras, sistemas de alarme, videovigilância, vigilantes, e outras medidas de segurança nalgumas situações.

É de notar que a PCPCA, enquanto programa de prevenção criminal, foca-se na conceção dos espaços e na sua utilização produtiva e não na segurança. Os espaços concebidos são “apoiados” por fechaduras, vigilantes e alarmes. O endurecimento dos alvos e as medidas de segurança não são os meios primários para os melhoramentos. É de notar, também, que embora a PCPCA seja frequentemente considerada como uma responsabilidade da polícia, muitos dos instrumentos e das técnicas são coisas que caem fora da alçada do policiamento. É por esta razão que a PCPCA é um esforço de equipa em que os agentes policiais participam, mas não necessariamente controlam.

Responder ao crime e a outros problemas usando a PCPCA: O processo de resolução de problemas

O processo de resolução de problemas usado na prevenção criminal pela concepção ambiental consiste numa série de passos concebidos para responder a quatro questões:

1. *Qual é o problema?*
2. *Porquê aqui?*
3. *O que é que se pode fazer para resolver o problema?*
4. *Estaremos a proceder corretamente?*

§ Para mais informações sobre o processo IARA (SARA no original), ver www.popcenter.org/about-SARA.html

Cada questão representa uma das fases do processo IARA (SARA no original): Identificação (scanning), Análise (analysis), Resposta (response), e Avaliação (assessment). § O processo IARA serve para se estruturar a ação; embora o processo IARA seja uma boa base de partida, ele poderá necessitar de ser modificado e adaptado aos locais e às circunstâncias específicas existentes. O processo concreto depende de uma diversidade de fatores: Por exemplo, no caso de um problema criminal muito específico ocorrido num único local, o processo não necessita de incluir o fator tempo para se definir, ou redefinir, o problema; A análise foca-se sobre um tipo único de crime e, porque os dados criminais relativos ao local do problema estão imediatamente disponíveis, a análise pode começar imediatamente.

Será necessário um maior dispêndio de tempo à medida que os assuntos se tornam mais complexos e causam impacto em áreas geográficas de maiores dimensões e abrangem um maior número de partes interessadas. Em tais circunstâncias, leva tempo a organizar uma equipa para a resolução do problema e a recolher os dados necessários. É, igualmente, mais difícil encontrar-se uma solução que vá ao encontro da resolução do problema e da satisfação das partes interessadas.

Um dos constrangimentos mais importantes poderá ser o que é relativo aos custos da implementação. Embora muitas das estratégias de PCPCA sejam relativamente baratas, ou mesmo sem custos, e fáceis de realizar num curto período de tempo (por exemplo, a mudança das normas), outros projetos poderão necessitar de um significativo investimento de capital e de uma implementação faseada ao longo de vários anos.

Uma descrição geral das quatro fases do processo IARA, e dos passos que poderão ser incluídos como parte de um processo de resolução de problemas através da PCPCA, são indicados na Tabela 1. Cada fase trata de um ou mais aspetos do ambiente e que são de importância crucial para o emprego de estratégias de PCPCA para se resolver os problemas. Detalhes adicionais sobre este processo estão incluídos nas secções posteriores deste guia.

O Processo IARA	Tabela 1: Resolução de Problemas com a Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental
IDENTIFICAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar, definir e investigar um problema existente ou emergente. 2. Identificar as partes interessadas que devem ser envolvidas na resolução do problema. 3. Decidir sobre a combinação de reuniões e atividades que serão necessárias para a resolução do problema e criar uma agenda para o desenvolvimento dos trabalhos ao longo do processo.
ANÁLISE	<ol style="list-style-type: none"> 4. Reunir com as partes interessadas para clarificar o problema e para definir os objetivos pretendidos com o processo. 5. Recolher e analisar os dados e as Informações acerca do problema. 6. Avaliar quaisquer ligações ou relações existentes entre o(s) problema(s) e as condições ambientais.
RESPOSTA	<ol style="list-style-type: none"> 7. Estabelecer os objetivos a serem alcançados através da implementação da prevenção criminal pela conceção ambiental, ou outras estratégias. 8. Identificar estratégias alternativas para conseguir alcançar os objetivos propostos. 9. Avaliar a praticabilidade social, política, legal, financeira, ou tecnológica da implementação de cada estratégia. 10. Selecionar as estratégias mais promissoras e criar e adotar um plano para o melhoramento daquelas estratégias específicas identificadas, definir as necessidades financeiras e de outros recursos, atribuir responsabilidades pela implementação e supervisão, destacar uma agenda para a implementação do planeado, e estabelecer os indicadores do sucesso. § 11. Colocar em ação a(s) medida(s) mais promissora(s). Poderá ser necessário uma combinação de respostas imediatas, melhoramentos a curto prazo, e investimentos a longo prazo.
AVALIAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 12. Monitorizar o progresso relativo aos indicadores de sucesso especificados no passo n.º 10. 13. Decidir se o processo necessita de ser repetido devido à falta de progresso, ou à emergência de novos problemas.

§ Em "A Manual for Crime Prevention Through Planning and Design", Kruger, Landman, e Liebermann (2001) sugerem um plano baseado (1) na urgência, ou necessidade; (2) na probabilidade de sucesso; (3) nos potenciais impactos positivos noutras áreas; (4) nos custos; e (5) nos recursos disponíveis.

Definir e compreender o problema

Um aspecto singular do uso da PCPCA na resolução de problemas é o leque de dados e de informações que devem ser recolhidos e analisados. Enquanto o crime, o medo e a vitimização são aspectos cruciais a ter em consideração, uma avaliação ambiental necessita incluir informação que não é baseada nem na aplicação da lei nem que esteja relacionada com o crime, por exemplo, o uso que é dado aos terrenos e às zonas, as violações à legislação relativa à construção ou à saúde, ou ao volume de tráfego e às atividades dos peões. Os assuntos ligados à qualidade de vida, como a presença de lixeiras e de despejos de lixo, ervas daninhas, terrenos vagos e o declínio no valor das propriedades, também, terão que ser tidos em consideração, uma vez que estes problemas, frequentemente, têm um impacto bastante mais debilitante sobre uma comunidade, numa base do dia-a-dia. Eles, também, podem ser sintomas, ou precursores, do crime.

O propósito de uma avaliação ambiental é duplo:

1. Ele é requerido para se definir o problema com precisão.
2. A análise dos dados resulta num melhor entendimento do edifício, do local, ou do contexto da vizinhança – as condições ambientais nas quais o problema se situa.

A complexidade da análise, em última instância, depende de três condições, as quais são descritas com maior detalhe abaixo:

- **Primeiro, as exigências relativas aos dados e às informações serão determinadas pelas circunstâncias envolventes e pelos ajustes necessários a fazer quanto a um determinado problema criminal existente ou emergente.**

A Tabela 2 considera os diferentes tipos de informação que poderão vir a fazer parte de uma avaliação ambiental. Muitos dos dados e informações listados estão disponíveis em fontes já existentes e nos registos policiais; contudo, algumas peças de informação, significativas e necessárias, poderão, por vezes, ser obtidas através de entrevistas, de inquéritos e de observações realizadas. As auditorias e os inquéritos à segurança necessitam de ser especificamente concebidos de acordo com as instalações, o local, a vizinhança e, em muitos casos, deverão ser trabalhados por alguém que esteja informado a respeito de fechaduras, iluminação e outros aspetos da segurança. A lista de elementos dos dados da tabela 2 é bastante genérica e nem todos os itens serão necessários para cada uma das atividades de resolução de problemas. O propósito geral é o de inventariar as condições existentes e o de documentar as tendências emergentes relativas a um problema específico, num local específico – para se poder responder à questão: **Porquê aqui?** Quatro tipos de cenários são possíveis e cada um sugere-nos uma estratégia diferente para a recolha de diferentes conjuntos de dados:

1. Um crime específico, ou outro problema, está a ocorrer num local único (por exemplo, vandalismo numa escola, graffiti, e casos relativos a roubos em caixas multibanco), ou

um problema criminal num tipo específico de instalações (por exemplo, roubos a várias lojas de conveniência).

- 2. Um crime específico, ou outro problema, está limitado a uma área geográfica específica.*
 - 3. Um problema de criminalidade generalizada ou um conjunto de problemas está a ser sofrido pelos moradores ou pelos comerciantes de uma área geográfica em particular.*
 - 4. A possibilidade de futuros problemas poderem emergir como resultado de uma proposta de desenvolvimento ou de uma reorganização das instalações.*
- Segundo, a quantidade de dados que poderão ser recolhidos e analisados é em função da quantidade de tempo destinado à análise.**

A recolha e a análise de dados pode ser um processo que consome algum tempo e a quantidade de tempo mais adequada para tal nem sempre existe. Nalgumas instâncias, públicas ou outras, a pressão para uma resposta imediata ao problema desfaz qualquer oportunidade para se proceder à análise. Em tais casos, a avaliação passa a ser ainda mais importante para se poder compreender o impacto que teve a intervenção e para dar uma maior definição ao problema original, ou a outros quaisquer assuntos que surjam como resultado da decisão de intervir.

- Terceiro, os recursos de apoio, em termos de pessoal e dos fundos necessários, devem ser disponibilizados para a análise.**

A Tabela 2 serve, também, para nos lembrar que a prevenção criminal pela conceção ambiental será melhor executada por uma equipa interdepartamental e por indivíduos em colaboração com representantes da comunidade. A experiência tem demonstrado que as estratégias de PCPCA são mais eficazes quando aqueles a quem se destinam, e que virão a beneficiar das mesmas, são envolvidos na resolução do problema e se responsabilizam pela solução. Todo o processo de resolução de problemas é realçado quando as partes interessadas são incluídas desde o início, por exemplo, através da organização de uma task force para a PCPCA, ou através de voluntários da comunidade que ajudarão à recolha de dados.

Tabela 2: Compreensão do Problema
Dados e Informações normalmente usados numa Análise Ambiental

<i>Exemplos de Informação Recolhida:</i>	<i>Razões</i>	<i>Fonte(s), Disponibilidade e Responsabilidade</i>
<p>Dados Criminais</p> <p>Chamadas de serviço</p> <p>Crimes denunciados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Total de Crime - Taxas de Crime - Tipo de Crime - Tendências do Crime <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local(s) do crime - “hot spots” <p>Distribuição temporal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Altura do dia - Dias da semana - Mudanças na época <p>MO (modus operandi, ou como os crimes são executados):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caraterísticas do alvo - Caraterísticas da vítima - Caraterísticas do ofensor 	<p>- A análise das chamadas de serviço e dos incidentes criminais fornece esclarecimentos a respeito do problema e, também, aponta na direção de alguns tipos de dados e informações que necessitam ser recolhidos</p>	<p>- Os dados criminais são recolhidos e guardados pela agência de polícia (registos da esquadra, ou da divisão, ou das unidades de análise criminal), ou pelo departamento de gestão do sistema de informações local.</p> <p>- O mapeamento do crime e os sistemas de informação geográfica (GIS) poderá ser uma responsabilidade da agência de polícia, ou poderá ser manuseado por outro departamento, por exemplo: do planeamento, da engenharia, ou dos serviços camarários.</p>
<p>Caraterísticas da População</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Idade e género - Raça e etnia - Família ou tamanho da residência e sua composição - Recursos económicos da família ou da residência 	<ul style="list-style-type: none"> - As características da comunidade são úteis para se pensar a respeito das rotinas e das atividades e das potenciais vitimizações. - Elas, também, poderão sugerir a focarmos a nossa atenção em programas de prevenção criminal ou outras intervenções. <p>- Os dados demográficos da população estão disponíveis através do U.S.Census (ver www.census.gov), os quais são atualizados regularmente e referem-se às grandes localidades através dos American Community Surveys.</p> <p>- Para as pequenas localidades ou bairros eles deverão ser atualizados localmente, através de inquéritos, a não ser que outras agências já tenham realizado tal trabalho.</p>

<p>Relacionamentos Institucionais e Organizacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Associações de moradores/associações de proprietários; - Grupos de vigilância de vizinhança ou de bairro; - Igrejas, clubes, escolas públicas/privadas, hospitais, centros comunitários, ou outras instituições com base na vizinhança; - Organizações de desenvolvimento local e outras organizações sem fins lucrativos envolvidas em trabalho comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> - As organizações comunitárias e as instituições locais desempenham vários papéis relacionados com o processo de resolução de problemas e da implementação de estratégias de prevenção criminal através da conceção ambiental: - Elas representam as partes interessadas e poderão ser capazes de recolher contributos de indivíduos que, de outra forma, não estariam disponíveis; - Elas têm acesso a dados e outras informações; - Os seus membros e/ou pessoal poderão ser capazes de prestar ajuda na realização de inquéritos públicos e para realizar entrevistas; - As instalações das instituições poderão servir de local para a realização de reuniões; - Elas poderão dispor de recursos para afetar à resolução dos problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Encontrar uma lista completa das associações comunitárias e das organizações sem fins lucrativos é, frequentemente, difícil; contudo, são disponibilizadas diversas oportunidades para isso. As unidades de planeamento de bairro, devem manter uma lista das associações dos bairros, a agência de polícia devem manter informações a respeito dos grupos de vigilância dos bairros. - As informações a respeito dos centros comunitários e de outras instituições poderão ser encontradas através de um Information Referral Service ou num localizador online (por exemplo, www.GuideStar.org). - Outras opções incluem o concelho interconfessional local, a associações pastoral, o centro de voluntariado, ou o departamento de serviços sociais.
--	---	--	--

Exemplos de Informação Recolhida:	Razões	Fonte (s), Disponibilidade e Responsabilidade
<p>Uso da Terra:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo e uso misto das terras - N.º de edifícios residenciais/unidades habitacionais - N.º escritórios/edifícios comerciais/espacos ou total de metros quadrados de espaço ocupado - N.º de negócios por tipo de negócio (as maiores instalações), atrações ou negócios de referência, por exemplo parques de diversões, propriedade das escolas (públicas/privadas) - Recursos naturais e locais atrativos, por exemplo lagos, rios, quedas de água, penedos - Regras e regulamentos de desenvolvimento aplicados a zonas, paisagens, ou outras subdivisões administrativas <p>Estabilidade da vizinhança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Condições de habitabilidade do edifício (misto de edifício para uso próprio/arrendado) e ocupação/mudanças nas taxas de ocupação (novas vendas, novos arrendamentos, novas vagas) <p>Valores das propriedades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Média de arrendamentos - Média dos preços de venda - Valor das aquisições <p>Atividade de desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autorizações de construção - Autorizações de demolição - Autorizações de utilização <p>Violações e notificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ao código de construção - Ao código da habitação - Ao código da saúde pública <p>Uso da Terra e Padrões de Desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - As utilizações mistas determinam o tipo de atividades que ocorrem num edifício/local/área, quando e onde elas ocorrem, e quem participa nelas. - Os itens tais como as condições de habitabilidade, ou as mudanças que ocorrem, não causam problemas, mas são sintomas ou resultado dos problemas. Eles são indicadores dos reinvestimentos, ou dos desinvestimentos, realizados nas vizinhanças, ou de uma generalizada falta de cuidados e do desrespeito pela propriedade e pela comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - As informações sobre o uso das terras a decorrer e do seu desenvolvimento futuro é da responsabilidade do departamento de planeamento (unidade de planeamento abrangente, planeamento a longo prazo, administração das zonas, revisão do desenvolvimento). - Os dados das propriedades estão sediados no assessor. Algumas estatísticas, como as referentes às aquisições ou às médias dos arrendamentos, poderão ser recolhidas junto dos agentes imobiliários locais. O U.S.Census (www.census.gov), também, recolhe dados sobre os custos das habitações. - As informações sobre os negócios poderão ser recolhidas tanto pelos departamentos de planeamento como de desenvolvimento económico. - Muitas localidades dispõem, agora, de sistemas de informação geográfica que incluem informações sobre o uso da terra, das zonas, das propriedades, do valor das aquisições e outras características relacionadas com as propriedades. O sistema poderá ser administrado por uma única pessoa ou por uma organização (possivelmente mesmo uma firma de consultadoria), ou múltiplos departamentos poderão ser responsáveis por manterem dados relativos às suas áreas de responsabilidade. - As autorizações e as violações são tratadas pelas administrações da zona, das agências responsáveis pela aplicação dos códigos legais, ou pela agência de saúde pública.

<p><i>Tráfego, transportes e sistema de trânsito</i></p>	<p>Redes de transportes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maiores interseções locais de auto-estradas e rotas de ligação regionais - Vias de circulação pedonais, ou de bicicletas (passeios, caminhos, jardins, etc.) - Vias de circulação localizadas, entradas e saídas e ruas dos espaços/lotes, garagens de estacionamento <p>Tráfego:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Origem comum/locais de destino e rotas das viagens - Volumes diários/semanais - Volume nas horas de ponta - Acidentes <p>Sistema de trânsito:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Características dos utilizadores e dos condutores - Rotas e horários - Paragens de trânsito/abrigos/centros - Locais de transferência <p>Reclamações dos vizinhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Excesso de velocidade - Corridas - Vadiagem 	<p>- Os padrões criminais e outros problemas estão, com frequência, relacionados com os padrões de movimentação que trazem pessoas a, e através de, locais, vizinhanças, localidades e regiões.</p>	<p>- A recolha de informações relativas às vias e ao tráfego, em muitas localidades, é uma função dos departamentos de transportes estatais. As agências regionais de planeamento dos transportes, também, devem ter este tipo de informações.</p> <p>- Os assuntos relacionados com o tráfego rodoviário dos bairros, ou dos locais, requerem novos estudos, recolha de dados e observação dos fluxos de tráfego, mudanças de direção, ou outras atividades relacionadas com o tráfego.</p> <p>- As companhias de transportes devem manter as informações sobre o seu sistema e operações. Muitas reclamações são apresentadas nas agências policiais.</p>
--	---	---	---

<i>Exemplos de Informação Recolhida:</i>	<i>Razões</i>	<i>Fonte (s), Disponibilidade e Responsabilidade</i>
<p><i>Inquéritos aos moradores/utilizadores ou entrevistas às partes interessadas §</i></p>	<p>- Definir e explicar o problema (real ou percebido)</p> <p>Vitimização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Denunciada - Não denunciada - Razões da não denúncia <p>Medo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Onde é que as pessoas têm medo - Porque é que as pessoas têm medo - Programas e atividades durante a média dos dias/semanas/meses/épocas do ano - Preocupações, atitudes, opiniões e sugestões acerca da qualidade de vida das vizinhanças 	<p>- O propósito das entrevistas e dos inquéritos é obter uma compreensão das circunstâncias e das condições que, de outra forma, não seriam documentadas, por exemplo, as vitimizações não denunciadas e o medo.</p> <p>- As entrevistas e os inquéritos são, geralmente, levadas a efeito por indivíduos designados para tal no decurso do processo de resolução de problemas, por exemplo, moradores dos bairros. Um apoio adicional poderá ser obtido através dos colégios e universidades locais. O processo de inquirição pode extrair informações acerca de quando e onde os problemas estão a ocorrer, e isto poderá reduzir a necessidade de observações aos locais.</p> <p>- Tudo isto requer o desenvolvimento de, e a formação para, protocolos para a recolha de dados, de forma a garantir a validade e a confiabilidade dos mesmos.</p>
<p><i>Observações aos locais</i></p>	<p>Problemas comportamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vadiagem - Vandalismo e graffiti - Consumo de álcool em público - Tráfico e consumo de droga - Atividades dos gangues - Divertimentos legítimos e outras atividades <p>Distribuição das atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando é que as atividades têm mais probabilidades de ocorrerem - Onde é que as atividades se realizam <p>Caraterísticas dos utilizadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Idade, género, raça/etnia - morador, proprietário, pessoal/empregado, patrão, visitante convidado, outro - Consistência entre os comportamentos denunciados e as atividades observadas 	<p>- As observações devem reforçar os resultados do inquérito e das entrevistas (quando as atividades observadas são consistentes com os comportamentos denunciados, e devem apoiar as estatísticas criminais e outros dados e documentações.</p>

§ Também se refere à monografia do Bureau of Justice Assistance (1993), *A Police Guide to Surveying Citizens and Their Environment*. Disponível em www.popcenter.org/Library/RecommendedReadings/Surveying%20Citizens.pdf.

<i>Exemplos de Informação Recolhida:</i>	<i>Razões</i>	<i>Fonte (s), Disponibilidade e Responsabilidade</i>
<p>Auditorias e Inquéritos à Segurança</p> <p>Caraterísticas dos edifícios e dos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planificação dos andares - Planta e conceção do local - Entrada/saída, circulação e estacionamento - Materiais de construção e elementos paisagísticos - Iluminação <p>Prevenção criminal e medidas de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas das fechaduras e controlo de chaves - Luzes e iluminação - Videovigilância - Manutenção da segurança e reparação - Planos de operações de emergência - Normas de segurança e procedimentos <p>Operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoal - Atividades e horários - Regras, regulamentos, normas, e procedimentos 	<p>- As auditorias e os inquéritos à segurança fornecem detalhes que outras fontes de informação não o fazem, especificamente com vista às condições dos edifícios e dos locais, “endurecendo” os alvos e as medidas de segurança, etc. Elas, também, começam a expor as ligações entre o problema e o pessoal ou as normas.</p> <p>- Os inquéritos à segurança, também, poderão revelar as falhas ou as fraquezas existentes nos dados recolhidos disponíveis e, assim, sugerir que o melhoramento da informação a recolher deverá ser um dos objetivos futuros.</p>	<p>- Dependendo do local e do tipo de problema, o pessoal policial (a unidade de prevenção criminal) poderá ser capaz de dar formação aos proprietários das moradias e aos gestores comerciais para poderem realizar as suas próprias avaliações. Embora, geralmente, quando se torna necessário um inquérito à segurança, isto deve ser feito por um profissional habilitado.</p>

Criar um plano para melhorar as condições ambientais

Este é um ponto crucial na resolução de problemas, porque é tempo de se tomar decisões sobre o que fazer. As partes interessadas deverão ser envolvidas no desenvolvimento do plano e é provável que tenham ideias bastante concretas acerca do que pretendem e porquê. As oportunidades para os contributos são importantes, porque um apoio alargado ao plano, por parte da comunidade, melhora o potencial para o sucesso durante a implementação do plano.

O desenvolvimento do plano não é uma atividade isolada, sendo somente uma fase que surge perto do início de um processo que poderá ser bastante longo. Ele foca-se na resolução de um problema bem definido. Ele usa os dados que foram recolhidos e a análise que entretanto está concluída. Ele baseia-se nos contributos dados previamente pelas partes interessadas e solicita mais contributos ao longo do processo. (De facto, o plano deverá incluir oportunidades regulares para as partes interessadas poderem dar as suas opiniões sobre a forma como as coisas estão a decorrer.)

O processo pode ser organizado em cinco passos.

1. *Identificar o leque completo de opções disponíveis para resolver o problema, as quais podem incluir:*
 - *Melhoramentos físicos*
 - *Alterações na conceção dos edifícios, na planta dos andares, na disposição das dependências*
 - *Mudanças na disposição dos locais*
 - *Renovação ou melhoramento da ambiência do local, como a iluminação e o aspeto*
 - *Realçar a segurança*
 - *Medidas adicionais para dificultar o acesso aos alvos*
 - *Modificações nas práticas de utilização ou nos horários das atividades*
 - *Mudanças na legislação, nas regras, regulamentos, ou normas que regulamentam a utilização e os comportamentos*
 - *Maior responsabilização e delegação de poderes à comunidade (empowerment) e apoio institucional*
 - *Mudanças na utilização dos terrenos e das áreas ou nas leis e regulamentos que governam o desenvolvimento.*

Nem todas aquelas alternativas devem ser incluídas em cada um dos problemas. A lista concreta depende do problema e das suas respetivas condicionantes.

2. *Deveremos estreitar a lista de forma a incluir somente os programas e as estratégias com mais probabilidades de causar impacto. §*

§ Para exemplos, ver os Guias para Problemas Específicos sobre os Graffiti, Roubos em Caixas Multibanco, e Vandalismo nas Escolas e Arrombamentos, entre outros, disponíveis em www.popcenter.org.

3. *Deveremos decidir quais daquelas devem ser incluídos no plano de melhoramento e sob que ordem de prioridade, devido a termos que considerar:*

- *A premência das necessidades*
- *A facilidade de implementação*
- *Os custos*
- *A legalidade*
- *A viabilidade técnica*
- *As consequências externas, positivas e negativas*
- *O apoio do “cliente” ou da comunidade.*

Uma questão que, frequentemente, surge durante este passo é: até que ponto os programas com grande apoio da população deverão ser incluídos, mesmo que eles tenham poucas possibilidades de contribuir para tratar do problema, ou para melhorarem as condições ambientais? As decisões de compromisso e o peso relativo dado às prioridades da comunidade são, também, situacionais e serão melhor tratadas numa base caso-a-caso. Mas, é importante que estejamos preparados para esta controvérsia.

4. *O plano deverá ser traduzido em documento, desenvolvido para tal, onde constem os detalhes sobre os recursos financeiros e do pessoal necessários, sobre as responsabilidades, a implementação (o agendamento: imediato, a curto prazo, a longo prazo) e os indicadores do sucesso, diretamente ligados à avaliação.*

5. *A implementação das estratégias, constantes do plano, deverá obedecer à agenda e às responsabilidades sublinhadas no documento do plano. Embora o apoio da comunidade deva estar presente, poderá ter que se dar alguma atenção à educação/formação da comunidade, à sua participação e contribuição e a outras estratégias que envolvam as partes interessadas e a recolha de apoios para o plano.*

Envolver as partes interessadas na resolução do problema

Já foi referido, nas anteriores secções, que o envolvimento das partes interessadas é um aspeto importante das análises ambientais. As “Partes Interessadas” são indivíduos, departamentos, organismos e agências afetadas pelo problema; com recursos dedicados à compreensão e à resolução do problema; que tomam decisões acerca do financiamento ou de outras prioridades; ou que têm algum tipo de interesse nos resultados (ver caixa). O conjunto das partes interessadas que, na realidade, se incluem em qualquer processo de resolução de problemas irá depender do próprio problema, da sua localização e das circunstâncias nas quais o problema se encontra.

As escolhas que serão feitas, acerca de quais as partes interessadas que irão participar e de que forma se irão envolver na resolução do problema, dependem da complexidade do problema, do tamanho da área afetada, da disponibilidade de recursos e da existência de organizações comunitárias em exercício.

PCPCA Partes Interessadas	
Vizinhança Proprietários de residências (residentes) Proprietários de residências (não residentes) Inquilinos	Organizações sem fins lucrativos Corporações de desenvolvimento comunitário Técnicos de serviço social
Representantes de associações comunitárias Da vizinhança estudada Das vizinhanças adjacentes Das localidades adjacentes	Governo Políticos eleitos Administração e gestão Polícia Planeamento da comunidade/vizinhanças e, dependendo do assunto, tráfego e transportes, trânsito, parques e divertimentos, habitação e re-desenvolvimento urbano, economia, desenvolvimento, etc.
Comunidade comercial Proprietários de estabelecimentos comerciais e seus gestores e empregados Representantes da associação comercial	
Instituições Escolas (públicas e privadas) Locais de culto Clubes Instalações culturais (teatro, galerias de arte, museus)	

É de não esquecer que os moradores e os empregados na área estão familiarizados com o local e com o problema. Frequentemente, eles reconhecem que existe uma relação entre a criminalidade e o ambiente existente e conseguem explicar as ocorrências e antecipar as tendências que não são evidentes através da análise dos dados disponíveis. Eles contribuem com informações importantes para o processo. Igualmente, eles representam recursos que podem fornecer conjuntos de dados de importância crítica e podem servir de linha de comunicação para o resto da comunidade.

Se a vizinhança não dispuser de uma rede de comunicações entre inquilinos e senhorios, proprietários, ou entre as instituições locais e os clientes que servem, o plano poderá ter que

incluir formas de organizar a comunidade e programas de enquadramento das pessoas como as do tipo (Neighborhood Watch) dedicadas à vigilância de bairro.

Proprietários, moradores, visitantes e outros devem ser envolvidos na resolução do problema, de forma a poderem compreender a PCPCA, e para poderem recomendar uma conceção legítima e fazerem escolhas a respeito da segurança e das normas. A falta de acordo – mesmo uma total controvérsia – pode paralisar o progresso.

Genesis Group



O envolvimento das partes interessadas é um aspeto importante da análise ambiental. Os grupos de pessoas, como o dos moradores e o dos empregados da área, podem fornecer informações importantes para o processo. Eles representam recursos que podem fornecer conjuntos de dados de importância crítica e podem servir de linha de comunicação para o resto da comunidade.

Manter o progresso sob escrutínio

O último passo num processo de resolução de problema não é um único passo, mas sim um programa de monitorização e avaliação em contínuo. A avaliação é uma atividade contínua porque as mudanças por vezes ocorrem através de pequenos incrementos, por isso, os melhoramentos mensuráveis levam algum tempo a surgir; porque as mudanças imediatas poderão ser resultantes do envolvimento no processo e poderão ir desaparecendo ao longo do tempo à medida que o interesse e a atenção se vão desvanecendo; porque o plano melhorado é provável que inclua projetos de curto prazo assim como investimentos a longo prazo; porque todos eles devem ser avaliados; e porque os programas e as estratégias necessitarão de evoluir à medida que as condições ambientais mudam.

O propósito da avaliação é o de decidir até que ponto:

- O problema foi eliminado, seja temporariamente ou permanentemente
- O problema ocorre com menos frequência
- As consequências do problema foram reduzidas (por exemplo, menos vítimas, menos violência, perdas materiais menores)
- São notados menos problemas nas áreas adjacentes ao local do problema
- O problema deslocou-se para outro local
- Um problema novo ou diferente está a emergir
- O problema mantém-se inalterável. §

§ Goldstein (1990) e Eck e Spelman e outros (1987) incluíram “o problema foi removido com sucesso das preocupações da polícia.” Porque a PCPCA envolve uma variedade de organismos e agências nas equipas de resolução de problemas – incluindo agentes policiais – o problema poderá, na realidade, nunca ser removida das preocupações policiais, mesmo que ele venha a ser da responsabilidade de outro membro da equipa.

Se a avaliação vier a demonstrar que o problema foi eliminado, ou reduzido, na sua frequência ou gravidade, então não serão necessárias medidas adicionais. Outro qualquer resultado, contudo, sugere-nos que é altura para um novo processo de resolução do problema ligado a novos ou a diferentes resultados ou abordagens.

Numa secção anterior deste guia foram sublinhadas oito categorias de dados que são usados para estabelecer objetivos e indicadores do sucesso ligados a esses objetivos. Muitos programas policiais baseiam-se em indicadores como os referentes aos crimes, à vitimização e ao medo, ou sobre os tempos de resposta ou as autorizações concedidas. Aqueles parâmetros continuam a ser importantes, mas outros indicadores poder-se-ão provar igualmente úteis dependendo do problema, dos ajustes e das circunstâncias. Um retorno às oito categorias de dados oferece-nos uma perspetiva sobre as opções disponíveis. Cada uma é discutida com maior detalhe abaixo, incluindo o tempo estimado antes de as mudanças visíveis e mensuráveis poderem ser evidentes.

Dados criminais. Em muitos casos, as reduções das chamadas de serviço e dos crimes denunciados são o objetivo; contudo, isto não é verdade em todas as circunstâncias. Algumas comunidades poderão, em vez disso, trabalhar no sentido de melhorar o seu relacionamento

com a polícia, ou para uma maior participação em programas como os do tipo de vigilância de bairro (Neighborhood Watch). Os aumentos nas chamadas de serviço ou nos crimes denunciados são resultados legítimos sob aquelas circunstâncias.

Também, é possível que o número de incidentes não diminua, mas se os tipos de incidentes que ocorrem forem menos violentos, ou envolvam menos vítimas, e resultem em menores perdas económicas; desta forma, tal pode conduzir a uma sensação de que as condições melhoraram.

Em alternativa, a avaliação poderá demonstrar que a distribuição dos incidentes mudou, quer em termos de tempo ou espaço. Aquelas mudanças poderão significar que os crimes são mais facilmente observáveis, que a agência policial consegue responder com mais rapidez, ou que existem menos reclamações acerca do problema.

É possível também que, quando as estratégias são implementadas com sucesso no sítio ou na localização do problema, as áreas circundantes venham a experienciar reduções na criminalidade. Aqueles tipos de circunstâncias sugerem a necessidade de uma cobertura geográfica alargada, tanto na recolha de dados como durante a avaliação.

Caraterísticas da população. Um programa de melhoramentos numa vizinhança poderá focar-se no aumento da diversidade dos moradores tendo em vista a idade, o género, a raça, a etnia ou os rendimentos; criando uma base da população mais estável, indicada por um aumento no número das residências familiares, pelo melhoramento da qualidade de vida dos moradores através do aumento dos rendimentos das famílias, ou pelo estabelecimento de um enclave dedicado a uma comunidade racial ou étnica específica, etc. Mas, nalguns casos, o objetivo poderá ser o de apoiar uma população já estabelecida e garantir que as suas caraterísticas não sofrem alterações.

Relacionamentos institucionais e organizacionais. Os indicadores do sucesso nesta categoria poderão incluir os grupos comunitários que são bastante ativos e que costuma participar de uma forma ampla; um aumento no número de associações/organizações/instituições que trabalham com a comunidade; um aumento nos investimentos em propriedades; ou um aumento nos serviços de apoio destinados aos residentes. Cada um dos serviços de apoio poderão ter o seu respetivo conjunto de indicadores - e as organizações envolvidas deverão participar na, ou estar ligadas à, avaliação da PCPCA.

Uso de terrenos e padrões de desenvolvimento. O uso dado aos terrenos e a estabilidades das vizinhanças estão bastante inter-relacionados. Os indicadores de estabilidade incluem:

- Os valores constantes das propriedades e as taxas de aluguer, ou o seu aumento
- Uma maior proporção de propriedades ocupadas pelos respetivos donos (em vez de propriedades alugadas)
- Menos lotes vagos, unidades residenciais ou espaços comerciais, e/ou aumento da construção ou das atividades de reabilitação
- Uma maior mistura de usos compatíveis, ou uma maior diversidade dos usos mistos

- Menos violações aos regulamentos dedicados aos edifícios, à prevenção de incêndios, à saúde, e à utilização dos espaços
- Tempos reduzidos dos trespasses (tempo entre a venda ou o arrendamento das propriedades)
- Aumento das contribuições referentes ao pagamento de impostos e taxas.

Tráfego, transportes e sistemas de trânsito. O excesso de velocidade e a fiscalização rodoviária são assuntos comuns nas vizinhanças problemáticas. A evidência do aumento da fiscalização policial, através do aumento do número de notificações emitidas e que conduzem, eventualmente, a um menor número de queixas acerca dos problemas relativos ao excesso de velocidade, é um possível indicador de melhoria.

Quando um plano inclui mudanças nos padrões do tráfego, através do encerramento de ruas, ou de medidas para diminuir o fluxo e a velocidade do tráfego, são indicadores do sucesso necessários para a vizinhança alvo e, também, para as comunidades circundantes, as quais poderão vir a sofrer alterações devido aos novos padrões de circulação. § Isto pode incluir o número de reclamações, ou o número de acidentes de trânsito, as mudanças no volume de tráfego, ou nas inversões de marcha, etc. Por outro lado, a avaliação poderá ter em consideração o número de peões, de ciclistas, ou outros usos dos passeios, trilhos ou caminhos.

§ Para mais informação, ver o Guia para Problemas Específicos denominado "Speeding in Residential Areas" o Guia de Resposta denominado "Closing Streets and Alleys to Reduce Crime".

O número de pessoas transportadas em trânsito é um dos aspetos importantes de um sistema de sucesso em operação. A segurança, real ou sentida, durante as viagens de e para os destinos, ou enquanto esperam pelos, ou durante o seu transporte em, bus ou comboio, pode ser de extrema importância. O aumento do número de passageiros, a utilização por uma população mais diversificada, e um sistema de transportes públicos geograficamente mais, e melhor, distribuído poderá ser um indicador de uma campanha de sucesso para melhorar a segurança do trânsito. Por outro lado, o objetivo poderá ser, simplesmente, o de aumentar o número de passageiros transportados e o de aumentar o sentimento de segurança num determinado destino, em concreto, ou ao longo de uma rota.

Inquéritos aos residentes ou utilizadores, e entrevistas às partes interessadas. As reduções do medo e da vitimização são de importância crítica, mas não são as únicas oportunidades de melhoramentos nesta categoria. Por exemplo, um objetivo para o programa poderá ser o de melhorar o relacionamento com a polícia, para que isso estimule o aumento das denúncias de vitimização, ou uma maior cooperação durante as investigações, são resultados ideais que se pretendem. Acrescentando, devemos procurar as alterações nas atividades e nos horários que nos demonstrem que as pessoas têm menos medo de utilizar os diferentes locais e espaços, ou as opiniões acerca da melhoria da qualidade de vida na comunidade.

Observações aos comportamentos nos locais. A avaliação deverá demonstrar uma redução nos comportamentos problemáticos e uma maior e mais diversificada atividade desenvolvida por uma massa crítica de "bons" utilizadores. Tal como para outras categorias, uma maior diversidade no que toca à idade, ao género, à raça, aos rendimentos, etc., pode ser importante.

Auditorias e inquéritos à segurança. As auditorias de acompanhamento e os inquéritos à segurança deverão revelar que as recomendações cruciais foram implementadas. Isto permite testar ou avaliar os resultados das atividades de implementação, as quais poderão incluir alterações às normas e procedimentos, como o controlo das chaves; modificações no aspeto do edifício ou na paisagem do local; medidas adicionais de segurança, como fechaduras e videovigilância; etc. Por exemplo, um indicador do sucesso poderá ser uma melhor manutenção dos registos, o que resulta em melhores informações e uma mais rápida e melhor direcionada resposta aos problemas emergentes.

O que deve ficar claro deste sumário é que os indicadores do sucesso devem estar ligados, em absoluto, aos objetivos do programa, uma vez que diferentes objetivos levam a diferentes resultados nalgumas medidas. O que é igualmente claro é a necessidade de um conjunto de dados de qualidade e a necessidade da análise, durante as fases iniciais da resolução do problema, para que as medidas de base estejam disponíveis e que os dados permitam uma oportunidade para se compreender os verdadeiros impactos da implementação do programa.

O problema reside no facto de que a avaliação é frequentemente ignorada, sobrestimada ou subestimada. Existem três possíveis razões para isto, a saber:

1. Para muitos dos participantes, o objetivo do processo de resolução do problema é o de “fazer alguma coisa”. Uma vez iniciado e a decorrer o programa, projeto ou estratégia, eles ficam satisfeitos. Eles encaram o processo como já estando terminado.
2. A avaliação pode levar o seu tempo e ser dispendiosa, sendo dada maior prioridade a outras tarefas, como as que se relacionam com a implementação.
3. A resolução de problemas, através da prevenção criminal pela conceção ambiental, pode resultar em múltiplos programas ou projetos. Numa situação em que muitas outras circunstâncias e condições estão constantemente a mudar, é frequentemente difícil determinar-se quais das alterações são resultado de iniciativas específicas, ou genéricas, da PCPCA e quais das alterações foram resultado de outros fatores ambientais.

Devido ao seu papel no processo de resolução de problemas, a avaliação é essencial e é um instrumento valioso para a tomada de decisões. Ela dá-nos uma oportunidade para se compreender o que está a funcionar (ou não está a funcionar). A avaliação ajuda-nos a conhecer as alterações e as informações de uma avaliação podem vir a ser usadas como parte de um processo de resolução de problema para outra qualquer situação. Isto significa que a recolha de dados e a análise necessitam do tempo adequado e de atenção, o mais cedo possível, no decurso do processo, da mesma forma que nas suas fases mais tardias.

Informações adicionais sobre os métodos de recolha de dados e a avaliação estão disponíveis no Web site do POP Center em www.popcenter.org. §

A PCPCA e o processo de resolução de problemas: Reexaminando os três casos introdutórios

Na introdução deste guia foram usados três casos para ilustrar o potencial da prevenção criminal pela conceção ambiental como instrumento para a resolução de problemas. O guia, então, deu uma visão geral dos princípios subjacentes à PCPCA e uma orientação para a resolução de problemas, para a recolha de dados, para a participação das partes interessadas e para a avaliação das relações entre o crime e o ambiente. Esta secção volta aos três casos originais como forma de examinar o processo em maior detalhe. Recordando, os três casos são:

Caso n.º 1: *O consumo de tabaco, de álcool e o vandalismo nas casas de banho de uma escola secundária.*

Caso n.º 2: *Graffiti na parede das traseiras de um edifício de escritórios.*

Caso n.º 3: *Roubos a clientes de um caixa multibanco durante a noite.*

A Tabela 3 examina cada um daqueles casos com maior detalhe. A tabela é dividida em quatro linhas, uma por cada passo do processo IARA, sendo que cada linha está dividida pelos passos de uma análise de PCPCA. Por exemplo, a identificação inclui a compreensão do problema, a identificação das partes interessadas e a decisão sobre o processo para envolver as partes interessadas na resolução do problema. Enquanto os itens como as entrevistas às partes interessadas são uma constante em todos os três casos, cada caso tem o seu próprio e único conjunto de partes interessadas. O caso referente à escola secundária, também, poderá fazer uso de uma task force dedicada à PCPCA para a resolução do seu problema.

A linha dedicada à Análise dá-nos alguns detalhes sobre o tipo de dados que podem, e devem, ser recolhidos. Nos primeiros dois casos (ambos os quais são sobre vandalismo) os relatórios de manutenção têm uma importância mais crucial que os relatórios criminais. Os dados da população não são necessários para o caso da escola secundária, porque este problema envolve somente os alunos, os professores, o pessoal e a administração da escola secundária. Os dois outros casos consideram as populações utilizadoras, em vez da comunidade mais genérica. O envolvimento da comunidade só deverá ser considerado adequado se aqueles problemas estiverem espalhados por uma grande área geográfica.

As normas e os procedimentos são considerações importantes em todos os três casos. Surgem mais tipos de normas relativas ao caso das casas de banho da escola secundária, uma vez que este problema envolve o período de funcionamento da cafetaria e o uso daquelas instalações à hora do almoço, as atribuições de monitorização dos professores e funcionários, e as regras da escola com vista ao comportamento dos alunos relativamente ao consumo de tabaco e de álcool.

A linha dedicada à Resposta encontra-se dividida em três segmentos adicionais que distinguem entre as três estratégias de PCPCA dedicadas ao controlo natural dos acessos, à vigilância natural e à fiscalização territorial. É de notar que algumas das estratégias listadas na tabela

não foram, na realidade, empregues como respostas ao problema (baseadas nas descrições da introdução), possivelmente porque eram demasiado dispendiosas, porque poderiam levar muito tempo a serem implementadas, ou porque, de alguma forma, seriam inaceitáveis.

A linha dedicada à Avaliação lista uma diversidade de resultados que poderão vir a ser experienciados como resultado da implementação da estratégia. O objetivo é o de remover, ou reduzir, o crime e os outros comportamentos problemáticos, mas é possível, também, que os problemas se venham a deslocalizar para outro local, ou sofram alterações de características, como resultado de uma intervenção. No caso do pior cenário, o problema continuará, mesmo após as estratégias terem sido implementadas.

A tabela é fornecida como forma de se poder organizar as ideias acerca dos problemas e da resolução dos problemas através da PCPCA. Ela demonstra qual a razão porque cada problema merece o seu próprio exame detalhado, exame este que se deve focar sobre as circunstâncias únicas nas quais esse problema se situa. Quando as estratégias de intervenção são especificamente criadas para o problema elas têm mais probabilidades de sucesso.

Tabela 3
A PCPCA e o Processo de Resolução de Problemas
Três casos exemplificativos

		Caso N.º 1	Caso N.º 2	Caso N.º 3
Identificação	Problema	<i>Fumar, beber álcool e vandalismo nas casas de banho de uma escola secundária, denunciado pelos funcionários</i>	<i>Inscrições e graffiti nas traseiras de um edifício de escritórios, referido pelos gestores da propriedade</i>	<i>Roubos a clientes de caixas multibanco, denunciados à polícia</i>
	Interessados	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Pessoal - Administração - Polícia/SRO's (Escola Segura) - Pais 	<ul style="list-style-type: none"> - Donos das propriedades - Gestores das propriedades - Inquilinos comerciais - Polícia - Donos e gestores das propriedades adjacentes - Inquilinos e clientes dos negócios adjacentes (dependendo dos resultados da análise) - Engenheiros do tráfego ou do trânsito 	<ul style="list-style-type: none"> - Vítimas dos roubos - Outros clientes dos caixas multibanco - Gerentes bancários - Funcionários bancários - Empresas de segurança - Polícia - Donos e gestores das propriedades (se forem diferentes dos bancos) - Donos e gestores das propriedades adjacentes (dependendo dos resultados da análise)
	Processo	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com grupos pequenos (grupos de professores e funcionários da faculdade, grupos de estudantes, grupos de indivíduos sob custódia), ou - Task Forces dedicadas à PCPCA - Entrevistas às partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com pequenos grupos (gestores de propriedades, inquilinos, donos e gestores das propriedades adjacentes) - Entrevistas às partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas às partes interessadas

Análise	Dados Criminais	<ul style="list-style-type: none"> - Número de incidentes (provenientes dos registos guardados e relativos ao vandalismo) - Distribuição temporal do problema - Cenário típico ou MO (modus operandi) - Problemas similares e sua localização noutra sítio da escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de incidentes (dos registos guardados) - Distribuição temporal do problema - Características dos ofensores baseadas na análise das inscrições e dos graffiti 	<ul style="list-style-type: none"> - Número dos incidentes denunciados à polícia - Outros relatórios ou indicações dos comportamentos “anormais” - Distribuição temporal dos incidentes - Características dos ofensores provenientes dos relatos das vítimas e das gravações vídeo dos roubos
	Caraterísticas da População	- Não disponíveis	- Residentes, empregados, patrões, e visitantes à área	- Residentes da área, empregados, patrões e visitantes
	Uso dos terrenos e Padrões de Desenvolvimento	- Não disponíveis	- Uso de terrenos adjacentes	- Uso de terrenos adjacentes
			- Padrões de atividade e horários de utilização	- Padrões de atividade e horários de utilização
	Tráfego, Sistemas de Transportes e de Trânsito	- Não disponíveis	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de tráfego e padrões de viagem - Rotas pedonais (passeios, caminhos, trilhos, e percursos informais) - Locais de estacionamento/garagens e locais de carga/descarga - Rotas de trânsito, paragens, ou centros de trânsito 	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de tráfego e padrões de viagem - Rotas pedonais (passeios, caminhos, trilhos, e percursos informais) - Locais de estacionamento/garagens e locais de carga/descarga - Rotas de trânsito, paragens, ou centros de transportes
	Inquéritos aos Residentes ou Utilizadores	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionários da reinserção social, estudantes, professores e funcionários e administradores - Problemas conhecidos ou percecionados - Identificação de ofensores - Recomendações estratégicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos gestores das propriedades - Inquéritos aos inquilinos comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas às vítimas - Entrevistas às empresas de segurança
Observações aos Comportamentos nos locais	<ul style="list-style-type: none"> - “Movimentações” para almoço (uso da cantina e outros locais no campus); diferentes dias no caso de mudança de horários - Atividade e uso das casas de banho durante o horário escolar sobranete - Atividade e uso das casas de banho durante eventos desportivos na escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentações após o encerramento e durante a noite, tanto aos dias de semana como nos fins-de-semana, e tanto para o local como para, e das, propriedades adjacentes 	- Não disponíveis	

	Auditorias e inquéritos à segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Planta dos andares dos edifícios - Destino das dependências/espacos - Horários das aulas, cafetaria, e eventos desportivos - Sistemas de fecho e videovigilância - Normas e procedimentos de manutenção e reparação - Normas e procedimentos da cafetaria - Normas e procedimentos de monitorização do hall de entrada - Regulamento disciplinar dos alunos (aplicação, fiscalização e consequências) 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceção do edifício - Disposição física do local e arranjos paisagísticos (por exemplo, cercas), e relacionamento com as propriedades adjacentes e o uso de terrenos nas imediações - Iluminação e videovigilância - Normas e procedimentos de manutenção - Horários de funcionamento dos inquilinos comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceção do edifício e quaisquer normas corporativas relacionadas - Conceção e localização de caixas multibanco - Disposição física do local e arranjos paisagísticos (por exemplo, cercas) e relacionamento com as propriedades adjacentes e o uso de terrenos nas imediações - Iluminação e videovigilância - Normas e procedimentos de segurança - Horários de funcionamento e do pessoal
Resposta	Oportunidades para controlar o acesso	<ul style="list-style-type: none"> - Encerramento da cafetaria e do campus (ninguém sai), o que o obriga à mudança do horário de almoço - Instalação de fechaduras nas portas das casas de banho - Instalar barreiras, impedir o acesso ao ginásio/área (s) desportiva (s) 	<ul style="list-style-type: none"> - Cercas no perímetro, impedir os acessos ao local - Pintura resistente aos graffiti/tratamento das superfícies nas áreas problemáticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Remoção completa dos caixas multibanco, ou mudança para outros locais (incluindo com acesso em viatura em vez de a pé) - Mudança dos horários de funcionamento e disponibilidade dos caixas multibanco - Instalação de gradeamentos entre os caixas multibanco e as filas de atendimento do banco
	Opções para fornecer oportunidades de ver e ser visto	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança do pessoal designado para monitorizar a escola - Instalação de videovigilância - Mudanças na conceção das casas de banho para melhorar a visibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a intensidade da iluminação - Instalar videovigilância - Aparar ou remover a vegetação - Aumentar o patrulhamento policial (através, e à volta, do local) - Contratar segurança privada para patrulhar 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o patrulhamento policial ou contratar segurança privada - Aumentar a iluminação à volta do edifício, especialmente nos locais de passagem através do local

	<p>Oportunidades para definir a pertença e o uso, e para encorajar a manutenção do território</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Limitar a área disponível para almoçar fora da cafetaria - Mudar a disponibilidade das casas de banho na hora do almoço, para uma única situada numa área de mais fácil supervisão - Imediata reparação e substituição de quaisquer equipamentos danificados, etc. - Fiscalizar e aplicar consistentemente as normas e as consequências escolares pelas violações às regras 	<ul style="list-style-type: none"> - Negociar estratégias alternativas de utilização com os donos das propriedades vizinhas (por exemplo, instituir uma norma de “proibição de acesso” para manter os skaters no interior do edifício) - Repintar imediatamente as superfícies, assim que os graffiti sejam pintados 	<ul style="list-style-type: none"> - Não disponível
<p>Avaliação</p>	<p>Possíveis cenários a procurar ao longo do tempo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não existem evidências de que os alunos fumem, bebam álcool em público, ou vandalizem as casas de banho, ou - O problema ocorre esporadicamente e só durante eventos desportivos quando as casas de banho estão abertas, ou - As mudanças na monitorização da hora de almoço resultaram em menos comportamentos problemáticos noutras áreas perto da cafetaria, não só nas casas de banho problemáticas, ou - O problema apareceu noutras casas de banho, ou noutra área da escola, ou - O problema alterou-se, por exemplo, agora é de bullying e não vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Não se verificam inscrições nas paredes ou graffiti no local, ou - A quantidade e/ou a frequência do graffiti é reduzida, ou - A “vadiagem” e outros problemas no ringue de skate foram reduzidos ou eliminados, ou - Os problemas relativos aos graffiti deslocaram-se para outra área deste local ou para outros locais da vizinhança, ou - Os graffiti continuam a ser um problema, ou - O problema alterou-se, por exemplo, agora o problema inclui o vandalismo da iluminação 	<ul style="list-style-type: none"> - O problema dos roubos foi eliminado, ou - A faixa comercial adjacente tem vindo a ser alvo de novos investimentos e aumentou a sua clientela, ou - Os clientes dos caixas multibanco são agora roubados quando estão nos seus carros, ou - Os roubos aos clientes dos caixas multibanco agora são noutra área, ou - Outros tipos de roubos estão a emergir nas vizinhanças

Anexo A

Usar a PCPCA na resolução de problemas num edifício ou instalações

Este anexo sublinha um processo para a conclusão de uma avaliação ambiental quando o problema se limita a um único edifício ou instalações. O processo é dividido em três fases relacionadas com uma visita ao local e num determinado período de observação.

As atividades anteriores à visita ao local são focadas na compreensão do problema e na situação. Isto inclui um exame aos dados criminais, aos planos e às normas, e às estruturas organizacionais, todos os quais nos conduzem à identificação das principais partes interessadas que precisam de nos fornecer informações e conselhos.

A visita ao local inclui um período de orientação, com uma revisão “em cima da mesa” da planta do espaço e do local para rever a estrutura das instalações e para identificar a localização do (s) problema (s) assim como dos locais seguros e não seguros. As visitas às instalações são feitas com elementos das partes interessadas e, então, o avaliador da PCPCA observa os comportamentos e a utilização, com independência, durante vários dias, em diversas alturas do dia, e em diversos dias da semana para registar as alterações das atividades consoante a sua ocorrência.

O processo conclui-se com o desenvolvimento de recomendações e com um relatório que documentará a visita ao local e as conclusões.

Embora o processo, como aqui foi sublinhado, implique que o trabalho possa vir a ser realizado por uma única pessoa, muitos edifícios e instalações são de tal maneira enormes que poderão obrigar à utilização de uma equipa para realizar a mesma tarefa.

Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental
Para facilitar o Processo IARA

<p>ANTES DA VISITA AO LOCAL</p>	<p>SOLICITAR E REVER A INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização administrativa (para identificar os contatos mais adequados) • Estatutos relevantes, posturas, códigos, normas e procedimentos • Condições do local e das instalações (mapas, plantas, manuais, revisão da conceção/desenvolvimento e processos de aprovação, procedimentos de manutenção, etc.) • Polícia/ sistema de segurança contra incêndio e dados criminais <p>DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO E DEFINIR A PROGRAMAÇÃO</p>
<p>DURANTE A VISITA AO LOCAL</p>	<p>ORIENTAR O PROPRIETÁRIO/GESTOR PARA A PCPCA E PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO</p> <p>ORIENTAÇÕES PARA O AVALIADOR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inteirar-se da organização • Rever, em “cima da mesa”, a localização, o sítio e as instalações (atribuições dos espaços, atividades e horários, etc.), tomar nota das áreas problemáticas <p>REUNIR COM O (S) CONSTITUINTE (S) /PARTE (S) INTERESSADA (S) E VISITA ÀS INSTALAÇÕES EXAME INDEPENDENTE ÀS INSTALAÇÕES (sem as partes interessadas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • De manhã, ao início da tarde, ao fim da tarde e à noite • Visitas em diversos dias da semana e aos fins-de-semana <p>(PAUSA – para organizar a matéria recolhida, analisar dados, identificar necessidades de informação, documentar o processo e repensar o observado, se necessário)</p> <p>(CONTINUAÇÃO DA VISITA – para preencher lacunas nos dados e nas Informações, para reconsiderar as conclusões das visitas prévias, para avaliar as instalações em horários alternativos, etc., se necessário)</p> <p>ENTREVISTA FINAL AO “CLIENTE”</p>
<p>APÓS A VISITA AO LOCAL</p>	<p>REVER OS DADOS E OUTRAS MATÉRIAS (fotografias, plantas dos andares, anotações)</p> <p>DESENVOLVER AS RECOMENDAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modificações na conceção física e na disposição • Modificações nas leis, regras, regulamentos, normas e procedimentos • Endurecimento dos alvos/melhoramentos na segurança • Programas e atividades comunitários e sociais • Formação e consciencialização para a prevenção criminal <p>ELABORAR O RELATÓRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao problema e sumário do relatório • Descrição dos métodos (recolha de dados e análise, protocolos para os inquéritos e as entrevistas, atividades de avaliação das instalações e do local, datas e horas) • Discussão dos assuntos e conclusões • Recomendações para futuras ações (incluindo avaliações adicionais ou de acompanhamento) • Documentação de apoio nos anexos • Salvaguarda** <p>SUBMETER O RELATÓRIO ELABORADO A REVISÃO E A COMENTÁRIOS (especialmente para uma precisão factual)</p> <p>RESUBMETER, VOLTAR A REVER, E REESCREVER</p> <p>APRESENTAR E ENTREGAR O RELATÓRIO FINAL</p>
<p>** EXEMPLO DE SALVAGUARDA: As recomendações sublinhadas neste relatório são baseadas em pesquisas e nas experiências que sugerem que determinadas abordagens concetuais e normativas podem ser adotadas para reduzir as oportunidades do crime. Não é possível garantir que as ocorrências criminais venham a ser reduzidas ou eliminadas se estas recomendações forem implementadas.</p>	

Anexo B

Usar a PCPCA na resolução de problemas em residências multifamiliares

O Anexo B sublinha um processo de planeamento da PCPCA dedicado a uma comunidade residencial multifamiliar. Um dos objetivos deste processo é o de manter a comunicação entre a equipa de peritos e os moradores. Uma vez que as propriedades arrendadas, frequentemente, apresentam baixas taxas de participação, o processo inclui a distribuição de panfletos em cada uma das casas após cada reunião. Aqueles panfletos incluem uma descrição genérica do projeto e uma introdução à PCPCA, mais informações acerca dos resultados da última reunião e planos para o futuro.

Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental **Processo IARA para bairro residencial multifamiliar/habitação social**

<p>Reunião com os moradores sobre o ante-projeto (realizado pelos membros da associação de moradores) EXTENSÃO DO PROJETO E OBJETIVOS LOCAIS SEGUROS E INSEGUROS</p>
<p>Reunião com a associação de moradores INTRODUÇÃO AO PROJETO ORIENTAÇÕES PARA A COMUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none">• Revisão “em cima da mesa” dos mapas dos locais seguros/inseguros resultantes da reunião com os moradores sobre o ante-projeto• Visita às instalações• Identificação dos problemas e respetivas implicações <p>PLANOS PARA O FUTURO</p> <ul style="list-style-type: none">• Atividades, horários e deliberações• Papéis e responsabilidades
<p>Anúncio da Reunião e convite à participação (a todos os moradores)</p>
<p>Reunião com os moradores n.º 1 REVISÃO GERAL DO PROJETO INTRODUÇÃO À PCPCA ATIVIDADES CONTRIBUTIVAS DOS MORADORES [demonstração 2]</p> <ul style="list-style-type: none">• Orientações à comunidade residencial e aos bairros circundantes• Revisão e discussão sobre os locais seguros e inseguros• Identificação dos problemas prioritários e das suas implicações
<p>Projeto do panfleto e acta da reunião REVISÃO GERAL DO PROJETO</p> <ul style="list-style-type: none">• Este projeto é sobre o quê?• O que é se segue no projeto? <p>REVISÃO GERAL DA PCPCA</p>
<p>RESULTADOS DA REUNIÃO</p> <ul style="list-style-type: none">• O que é que já fizemos?• O que é que já aprendemos?• O que é que se segue? Tarefas e responsabilidades dos (moradores, da associação de moradores e da equipa de PCPCA) <p>SOLICITAÇÃO PARA CONTRIBUTOS ADICIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none">• Informação dos contatos da equipa• Data e hora da próxima reunião

Reunião com os moradores n.º 2

REVISÃO DOS PROBLEMAS PRIORITÁRIOS E SUAS IMPLICAÇÕES

ANÁLISE DOS RESULTADOS

IDENTIFICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS

Projeto de panfleto e acta da reunião

Reunião com os moradores n.º 3

REVISÃO E COMENTÁRIOS SOBRE O ESBOÇO DO PLANO

PASSOS SEGUINTE (comentar o período, adoção do plano)

Projeto de panfleto e acta da reunião

REVISÃO GERAL DO PROJETO

REVISÃO GERAL DA PCPCA

REVISÃO DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

PLANO E ESTRATÉGIAS PROPOSTAS

SOLICITAÇÃO DA REVISÃO E COMENTÁRIOS

PASSOS PARA A ADOÇÃO DO PLANO

Anexo C

Usar a PCPCA na resolução de problemas numa vizinhança

O processo sublinhado aqui é direcionado para uma vizinhança com utilizações mistas, com uma população diversificada e com diversos problemas. O processo de resolução de problemas, neste caso, está ligado a um processo de planeamento alargado para a vizinhança; o plano de PCPCA deverá, em última instância, ser adotado pelos representantes oficiais eleitos.

O processo é levado a efeito por uma equipa multidisciplinar dedicada à PCPCA, composta por representantes oficiais da comunidade em conjunto com uma task force dedicada à PCPCA da vizinhança. Este grupo recolhe e analisa os dados e elaborará recomendações, as quais serão encaminhadas de volta para a comunidade para que, em geral, esta forneça contributos e conselhos antes que aquelas recomendações sejam incorporadas no plano de melhoramentos. O pessoal envolvido fornece apoio organizacional ao processo, o qual inclui pacotes de informação, análise de dados, fotocópias e envio pelo correio, etc.

Prevenção Criminal Pela Conceção Ambiental Processo IARA para uma Vizinhanças

<p style="text-align: center;">Reunião de planeamento da Task Force n.º 1: Extensão do projeto</p> <p>ORIENTAÇÕES E REGRAS A APLICAR NO TERRENO</p> <ul style="list-style-type: none">• Papéis e responsabilidades da equipa dedicada, do pessoal da agência, do (s) consultor (es)• Determinações e envolvimento• Horários das reuniões e agenda das tentativas <p>INTRODUÇÃO À PCPCA E AVALIAÇÃO DA VIZINHANÇA</p> <ul style="list-style-type: none">• Revisão geral dos conceitos e estratégias da PCPCA• Grupo de trabalho - características da vizinhança, locais seguros e inseguros, etc. [ver reunião 2]
<p style="text-align: center;">Reunião de planeamento da Task Force n.º 2: Apresentação de dados e informações</p> <p>ANÁLISE CRIMINAL RESULTADOS DO INQUÉRITO COMUNITÁRIO/VITIMIZAÇÃO CONDIÇÕES EXISTENTES (população, uso dos terrenos, habitação, transportes, etc.) PROGRAMAS DE MELHORAMENTO DA VIZINHANÇA E APOIOS FINANCEIROS OPORTUNIDADES IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS [ver reunião 3]</p>
<p>Reunião com a Vizinhança</p> <p>Realizada com independência pelos representantes da task force para concordância sobre as estratégias e prioridades</p>
<p style="text-align: center;">Reunião de planeamento da Task Force n.º 3: Desenvolvimento do Plano</p> <p>TABELA DE PLANEAMENTO DAS AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none">• objetivo(s) do projeto• dados e informações (existentes e necessários)• tarefas e atividades• papéis e responsabilidades• necessidades em termos de recursos• data(s) alvo <p>FEEDBACK DOS REPRESENTANTES DA AGÊNCIA SOBRE A PRATICABILIDADE DAS AÇÕES IDENTIFICADAS</p>

Reunião com a Vizinhança
<i>Realizada pelos representantes da task force para rever as tarefas, os horários e as responsabilidades</i>
Reunião de planeamento da Task Force n.º 4: Revisão do Plano (baseado no feedback da comunidade) e Aprovação do Plano
Adoção do Plano APROVAÇÃO PELA VIZINHANÇA - SENHORIOS/INQUILINOS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PARA O PLANEAMENTO E ADOÇÃO PELOS REPRESENTANTES ELEITOS/CORPO GOVERNATIVO
TRANSIÇÃO DO PLANEAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO
Reunião da equipa de implementação n.º 1:
REVER E REFINAR OS HORÁRIOS, AS RESPONSABILIDADES E AS NECESSIDADES EM TERMOS DE RECURSOS DEFINIR PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INICIAR A IMPLEMENTAÇÃO
Reuniões adicionais da equipa de implementação
<i>Agendar conforme for mais adequado para discutir os progressos e os resultados, as implicações e as preocupações, ou a necessidade da adoção de um plano novo ou de alterar o existente.</i>

Referências

Brantingham, P.L., e P.J. Brantingham (1981). **"Notes on the Geometry of Crime."** Em P.J. e P.L. Brantingham (editores.), *Environmental Criminology*. Beverly Hills (California): Sage, págs. 27-54.

Brantingham P.L., e P.J. Brantingham (1984). **Patterns in Crime**. New York: Macmillan Publishing Company.

Clarke, R.V. (1980). **"Situational Crime Prevention: Theory and Practice."** *British Journal of Criminology* 20(2):136-147.

Clarke, R.V. (ed.) (1992). **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. Albany (New York): Harrow and Heston.

Cohen, L., e M. Felson (1979). **"Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach."** *American Sociological Review* 44(4):588-608.

Cornish, D., e R.V. Clarke (1986). **The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending**. New York: Springer Verlag. Disponível em www.popcenter.org/Library/reasoning.htm.

Crowe, T. (2000). **Crime Prevention Through Environmental Design**. 2.^a edição. Boston (Massachusetts): Butterworth-Heinemann.

Crowe, T., e D. Zahm (1994). **"Crime Prevention Through Environmental Design."** *Land Development*, Fall: 22-27.

Eck, J., e Spelman, W. (1987). **Problem-Solving: Problem Oriented Policing in Newport News**. Washington, D.C.: Police Executive Research Forum.

Goldstein, H. (1990). **Problem-Oriented Policing**. New York: Mc-Graw Hill.

Jeffery, C. R. (1971, 1977). **Crime Prevention Through Environmental Design**. Beverly Hills (California): Sage.

Kruger, T., K. Landman e S. Liebermann (2001). **Designing Safer Places: A Manual for Crime Prevention Through Planning and Design**. Pretoria, South Africa: CSIR Building and Construction Technology and the Department of Safety and Security.

National Crime Prevention Council (1997). **Designing Safer Communities: Crime Prevention Through Environmental Design Handbook**. Washington, D.C.: NCPC.

Newman, O. (1972). **Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design**. New York: Macmillan.

Police Executive Research Forum (1993, October). **A Police Guide to Surveying Citizens and Their Environment**. Bureau of Justice Assistance, Washington, D.C. (NCJ143711). Disponível em www.ncjrs.gov/pdffiles/polc.pdf (acedido em 31 de março de 2006).

Acerca da Autora

Diane Zahm

A Dr.ª Diane L. Zahm, da AICP (American Institute of Certified Planners), é Professora Associada e Diretora Associada para os “Undergraduate Programs in Urban Affairs and Planning” da “Virginia Tech.” Os seus ensinamentos e pesquisas focam-se no exame às políticas locais e às decisões com vista ao uso da terra, à disposição dos locais e à conceção de instalações, e aos seus impactos a longo prazo sobre o crime, o medo e a viabilidade das vizinhanças. A preparação académica e profissional da Dr.ª Zahm inclui experiência tanto em desenvolvimento comunitário como em justiça criminal, em Nova Iorque, no Kentucky, na Florida e na Virgínia. Ela pertenceu aos quadros do “Florida Attorney General’s Crime Prevention Through Environmental Design Program” e é membro fundador da “Florida CPTED Network”. Presentemente, a Dr.ª Zahm é a presidente internacional da “International CPTED Association”.

Leituras Recomendadas

- **A Police Guide to Surveying Citizens and Their Environments**, do Bureau of Justice Assistance, 1993. Este guia oferece, aos elementos policiais, uma introdução prática a dois tipos de sondagens que poderão ser úteis à polícia: sondagem da opinião pública e sondagem sobre o ambiente físico. Este guia fornece orientações sobre como e de que forma devem ser realizadas sondagens que sejam eficazes em termos de custo/benefício.
- **Assessing Responses to Problems: An Introductory Guide for Police Problem-Solvers**, da autoria de John E. Eck (do U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2001). Este guia deve ser usado como complemento aos Guias sobre Orientação para os Problemas da série de guias policiais. Ele fornece orientações básicas para medir e avaliar os esforços desenvolvidos no policiamento orientado aos problemas
- **Conducting Community Surveys**, da autoria de Deborah Weisel (do Bureau of Justice Statistics e do Office of Community Oriented Policing Services, 1999). Este guia, juntamente com o software que o acompanha, fornece indicadores básicos e práticos para a polícia usar aquando da realização de sondagens à comunidade. Este documento, já traduzido por mim anteriormente encontra-se disponível em <http://www.popcenter.org/library/translations/> e em www.ojp.usdoj.gov/bjs.
- **Crime Prevention Studies**, editado por Ronald V. Clarke (Criminal Justice Press, 1993, et seq.). estes constituem uma série de volumes sobre estudos teóricos e aplicados sobre a redução das oportunidades para o crime. Muitos capítulos são sobre avaliações de iniciativas para reduzir crimes específicos e problemas causadores de desordem.
- **Excellence in Problem-Oriented Policing: The 1999 Herman Goldstein Award Winners**. Este documento, produzido pelo National Institute of Justice em colaboração com o Office of Community Oriented Policing Services e com o Police Executive Research Forum, fornece relatórios detalhados dos melhores trabalhos submetidos ao concurso anual cujo programa visa o reconhecimento da excelência nas respostas policiais orientadas aos problemas aos vários problemas comunitários. Uma publicação similar encontra-se disponível para os vencedores dos prémios dos anos subsequentes. Este documento também está disponível em www.ojp.usdoj.gov/nij.
- **Not Rocket Science? Problem-Solving and Crime Reduction**, da autoria de Tim Read e Nick Tilley (Home Office Crime Reduction Research Series, 2000). Identifica e descreve os factores que tornam a resolução dos problemas eficaz ou ineficaz da forma como têm sido praticadas pelas forças policiais da Inglaterra e do País de Gales.
- **Opportunity Makes the Thief: Practical Theory for Crime Prevention**, da autoria de Marcus Felson e Ronald V. Clarke (Home Office Police Research Series, Paper No. 98, 1998). Explica como as teorias criminais, como a teoria das actividades de rotina, a teoria da escolha racional e a teoria dos padrões criminais, têm implicações práticas para a polícia e para os seus esforços em prevenir o crime.
- **Problem Analysis in Policing**, da autoria de Rachel Boba (Police Foundation, 2003). Introduce e define a análise dos problemas e fornece orientações sobre como a análise dos problemas pode ser integrada e institucionalizada nas mais modernas práticas de policiamento.

- **Problem-Oriented Policing**, da autoria de Herman Goldstein (McGraw-Hill, 1990, e Temple University Press, 1990). Explica os princípios e os métodos do policiamento orientado aos problemas, fornecendo exemplos de como funciona na prática, e discute como uma agência de polícia pode implementar este conceito.

- **Problem-Oriented Policing and Crime Prevention**, de Anthony A. Braga (Criminal Justice Press, 2003). Fornece uma revisão completa dos estudos policiais mais significativos acerca do que os problemas colocam, dos delinquentes por tendência, e das vítimas repetidas, focando-se na aplicabilidade dessas conclusões ao policiamento orientado aos problemas. Explica como os departamentos de polícia facilitar o policiamento orientado aos problemas através da melhoria das análises criminais, da avaliação do desempenho, e da consolidação de parcerias produtivas.

- **Problem-Oriented Policing: Reflections on the First 20 Years**, de Michael S. Scott (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2000). Descreve de que forma as componentes mais críticas do modelo de policiamento orientado aos problemas, criado por Herman Goldstein, se têm desenvolvido ao longo dos seus 20 anos de história, e propõe futuras direcções para o policiamento orientado aos problemas. Este relatório também se encontra disponível em www.cops.usdoj.gov.

- **Problem-Solving: Problem-Oriented Policing in Newport News**, de John E. Eck e William Spelman (Police Executive Research Forum, 1987). Explica as razões subjacentes ao policiamento orientado aos problemas e ao processo de resolução de problemas, e fornece exemplos de resolução eficaz dos problemas por uma agência de polícia.

- **Problem-Solving Tips: A Guide to Reducing Crime and Disorder Through Problem-Solving Partnerships** de Karin Schmerler, Matt Perkins, Scott Phillips, Tammy Rinehart e Meg Townsend. (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 1998) (também disponível em www.cops.usdoj.gov). fornece uma breve introdução à resolução de problemas, informações básicas sobre o modelo SARA e sugestões detalhadas acerca do processo de resolução de problemas.

- **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**, Segunda Edição, editada por Ronald V. Clarke (Harrow e Heston, 1997). Explica os princípios e os métodos da prevenção situacional da criminalidade, e apresenta mais de 20 casos estudados de iniciativas de prevenção criminal eficazes.

- **Tackling Crime and Other Public-Safety Problems: Case Studies in Problem-Solving**, de Rana Sampson e Michael S. Scott (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2000) (também disponível em www.cops.usdoj.gov). Apresenta casos estudados estudos de resolução eficaz de problemas em 18 tipos de crime de problemas decorrentes de desordem.

- **Using Analysis for Problem-Solving: A Guidebook for Law Enforcement**, de Timothy S. Bynum (U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2001). Fornece uma introdução sobre como a polícia deve analisar os problemas em contexto de policiamento orientados aos problemas.

- **Using Research: A Primer for Law Enforcement Managers**, Segunda Edição, de John E. Eck e Nancy G. LaVigne (Police Executive Research Forum, 1994). Explica muitas das bases para a realização de estudos tal como são aplicados à organização da polícia e à resolução de problemas.

Outros guias policiais orientados para a resolução dos problemas

Série de guias para problemas específicos:

1. **Assaults in and Around Bars.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-00-2
2. **Street Prostitution.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-01-0
3. **Speeding in Residential Areas.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-02-9
4. **Drug Dealing in Privately Owned Apartment Complexes.** Rana Sampson. 2001. ISBN: 1-932582-03-7
5. **False Burglar Alarms.** Rana Sampson. 2001. ISBN: 1-932582-04-5
6. **Disorderly Youth in Public Places.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-05-3
7. **Loud Car Stereos.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-06-1
8. **Robbery at Automated Teller Machines.** Michael S. Scott. 2001. ISBN: 1-932582-07-X
9. **Graffiti.** Deborah Lamm Weisel. 2002. ISBN: 1-932582-08-8
10. **Thefts of and From Cars in Parking Facilities.** Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-09-6
11. **Shoplifting.** Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-10-X
12. **Bullying in Schools.** Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-11-8
13. **Panhandling.** Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-12-6
14. **Rave Parties.** Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-13-4
15. **Burglary of Retail Establishments.** Ronald V. Clarke. 2002. ISBN: 1-932582-14-2
16. **Clandestine Drug Labs.** Michael S. Scott. 2002. ISBN: 1-932582-15-0
17. **Acquaintance Rape of College Students.** Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-16-9
18. **Burglary of Single-Family Houses.** Deborah Lamm Weisel. 2002. ISBN: 1-932582-17-7
19. **Misuse and Abuse of 911.** Rana Sampson. 2002. ISBN: 1-932582-18-5
20. **Financial Crimes Against the Elderly.** Kelly Dedel Johnson. 2003. ISBN: 1-932582-22-3
21. **Check and Card Fraud.** Graeme R. Newman. 2003. ISBN: 1-932582-27-4
22. **Stalking.** The National Center for Victims of Crime. 2004. ISBN: 1-932582-30-4
23. **Gun Violence Among Serious Young Offenders.** Anthony A. Braga. 2004. ISBN: 1-932582-31-2
24. **Prescription Fraud.** Julie Wartell e Nancy G. La Vigne. 2004. ISBN: 1-932582-33-9
25. **Identity Theft.** Graeme R. Newman. 2004. ISBN: 1-932582-35-3
26. **Crimes Against Tourists.** Ronald W. Glesnor e Kenneth J. Peak. 2004. ISBN: 1-932582-36-3
27. **Underage Drinking.** Kelly Dedel Johnson. 2004. ISBN: 1-932582-39-8
28. **Street Racing.** Kenneth J. Peak e Ronald W. Glesnor. 2004. ISBN: 1-932582-42-8
29. **Cruising.** Kenneth J. Peak e Ronald W. Glesnor. 2004. ISBN: 1-932582-43-6
30. **Disorder at Budget Motels.** Karin Schmerler. 2005. ISBN: 1-932582-41-X
31. **Drug Dealing in Open-Air Markets.** Alex Harocopos e Mike Hough. 2005. ISBN: 1-932582-45-2
32. **Bomb Threats in Schools.** Graeme R. Newman. 2005. ISBN: 1-932582-46-0
33. **Illicit Sexual Activity in Public Places.** Kelly Dedel Johnson. 2005. ISBN: 1-932582-47-9
34. **Robbery of Taxi Drivers.** Martha J. Smith. 2005. ISBN: 1-932582-50-9
35. **School Vandalism and Break-Ins.** Kelly Dedel Johnson. 2005. ISBN: 1-9325802-51-7
36. **Drunk Driving.** Michael S. Scott, Nina J. Emerson, Louis B. Antonacci, e Joel B. Plant. 2006. ISBN: 1-932582-57-6
37. **Juvenile Runaways.** Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1932582-56-8
38. **The Exploitation of Trafficked Women.** Graeme R. Newman. 2006. ISBN: 1-932582-59-2
39. **Student Party Riots.** Tamara D. Madensen e John E. Eck. 2006. ISBN: 1-932582-60-6
40. **People with Mental Illness.** Gary Corder. 2006. ISBN: 1-932582-63-0
41. **Child Pornography on the Internet.** Richard Wortley e Stephen Smallbone. 2006. ISBN: 1-932582-65-7
42. **Witness Intimidation.** Kelly Dedel. 2006. ISBN: 1-932582-67-3

- 43. Burglary at Single-Family House Construction Sites.** Rachel Boba e Roberto Santos. 2006. ISBN: 1-932582-00-2
- 44. Disorder at Day Laborer Sites.** Rob Guerette. 2007. ISBN: 1-932582-72-X
- 45. Domestic Violence.** Rana Sampson. 2007. ISBN: 1-932582-74-6
- 46. Thefts of and from Cars on Residential Streets and Driveways.** Todd Keister. 2007. ISBN: 1-932582-76-2
- 47. Drive-By Shootings.** Kelly Dedel. 2007. ISBN: 1-932582-77-0
- 48. Bank Robbery.** Deborah Lamm Weisel. 2007. ISBN: 1-932582-78-9
- 49. Robbery of Convenience Stores.** Alicia Altizio e Diana York. 2007. ISBN: 1-932582-79-7

Série de guias de resposta:

- **The Benefits and Consequences of Police Crackdowns.** Michael S. Scott. 2003. ISBN: 1-932582-24-X
- **Closing Streets and Alleys to Reduce Crime: Should You Go Down This Road?** Ronald V. Clarke. 2004. ISBN: 1-932582-41-X
- **Crime Prevention Publicity Campaigns.** Emmanuel Barthe. 2006 ISBN: 1-932582-66-5
- **Shifting and Sharing Responsibility for Public Safety Problems.** Michael S. Scott e Herman Goldstein. 2005. ISBN: 1-932582-55-X
- **Video Surveillance of Public Places.** Jerry Ratcliffe. 2006 ISBN: 1-932582-58-4

Série de instrumentos para a resolução de problemas:

- **Assessing Responses to Problems: An Introductory Guide for Police Problem-Solvers.** John E. Eck. 2002. ISBN: 1-932582-19-3
- **Researching a Problem.** Ronald V. Clarke e Phyllis A. Schultz. 2005. ISBN: 1-932582-48-7
- **Using Offender Interviews to Inform Police Problem-Solving.** Scott H. Decker. 2005. ISBN: 1-932582-49-5
- **Analyzing Repeat Victimization.** Deborah Lamm Weisel. 2005. ISBN: 1-932582-54-1
- **Partnering With Businesses To Address Public Safety Problems.** Sharon Chamard. 2006. ISBN: 1-932582-62-2
- **Understanding Risky Facilities.** Ronald V. Clarke e John E. Eck. 2007. ISBN: 1-932582-75-4
- **Implementing Responses to Problems.** Rick Brown e Michael S. Scott. 2007. ISBN: 1-932582-80-0
- **Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem-Solving.** Diane Zahm. 2007. ISBN: 1-932582-81-9

Guias policiais a publicar brevemente

Guias para problemas específicos

Abandoned Vehicles

Bicycle Theft

Crowd Control at Stadiums and Other Entertainment Venues

Child Abuse

Crime and Disorder in Parks

Traffic Congestion Around Schools

Transient Encampments

Instrumentos para a resolução de problemas

Designing a Problem Analysis System

Displacement

Guias de resposta

Enhancing Lighting

Sting Operations

Para mais informações acerca das series de Guias Policiais para a Resolução de Problemas e outras publicações do COPS Office, por favor entre em contato telefónico com o COPS Office Response Center através do n.º 800.421.6770 ou visite o Web site do COPS Online através do endereço www.cops.usdoj.gov.

Para mais informações:

*U.S. Department of Justice
Office of Community Oriented Policing Services
1100 Vermont Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20530*

Para obter detalhes sobre os programas do COPS, contate o COPS Office Response Center através do telefone n.º 800.421.6770, ou visite o Website do COPS no endereço www.cops.usdoj.gov.

Agosto de 2007

*e0807391
ISBN: 1-932582-81-9*

